

BMEP

Boletim Mensal de Economia Portuguesa

Nº 3 | Março 2008



Gabinete de Estratégia e Estudos
Ministério da Economia e da Inovação

GPEARI

**Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação
e Relações Internacionais**

Ministério das Finanças e da Administração Pública

Ficha Técnica

Título: Boletim Mensal de Economia Portuguesa

Data: Março de 2008

Elaborado com informação disponível até ao dia 24 de Março.

Editores

Gabinete de Estratégia e Estudos

Ministério da Economia e Inovação

Avenida da República, 79

1050-243 Lisboa

Telefone: +351 21 7998158

Fax: +351 21 7998154

URL: <http://www.gee.min-economia.pt>

E-Mail: gee@gee.min-economia.pt

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

Ministério das Finanças e da Administração Pública

Av^a Infante D. Henrique n.º. 1 – 1.º.

1100 – 278 Lisboa

Telefone: +351 21 8823396

Fax: +351 21 8823399

URL: <http://www.gpeari.min-financas.pt>

E-Mail: bmep@gpeari.min-financas.pt

ISSN: 1646-9062

Índice

Conjuntura	1
Sumário	3
1. Enquadramento Internacional	5
2. Conjuntura Nacional	8
3. Comércio Internacional	17
Destaques	23
Evolução da Economia Portuguesa em 2007	25
Comércio Internacional de Portugal com o Japão	27
Iniciativas e Medidas Legislativas	29
Abreviaturas Utilizadas	37

Conjuntura

Sumário

Enquadramento Internacional

- * Nos meses de Fevereiro e Março, as perturbações nos mercados financeiros continuaram a marcar a conjuntura internacional: a divulgação de resultados negativos na banca e a deterioração das perspectivas económicas dos EUA têm contribuído para acentuar a crise de confiança e de liquidez dos mercados.
- * No mês de Março registaram-se algumas intervenções dos Bancos Centrais, com o objectivo de diminuir as pressões de liquidez nos mercados de financiamento. No dia 18 de Março, a Reserva Federal diminuiu a taxa de juro de referência em 0,75 p.p. para 2,25%.
- * No contexto de elevadas expectativas de cortes de taxas de juro, por parte da Reserva Federal, a taxa de juro Euribor a três meses evidenciou uma tendência alista para se situar em 4,66% no dia 19 de Março (4,38% no final de Fevereiro) e a taxa de câmbio do euro face ao dólar voltou a atingir um máximo histórico de 1,58 no dia 18 de Março.
- * Os indicadores disponíveis para a economia dos EUA sugerem um abrandamento da procura interna no início de 2008, e uma aceleração das exportações.
- * Na União Europeia, o indicador de sentimento económico continuou, em Fevereiro, em quebra acentuada, mas os indicadores quantitativos para os sectores da indústria e comércio evidenciaram uma evolução positiva.
- * O preço do petróleo *Brent* continuou a descrever uma trajectória ascendente, tendo ultrapassado os 100 USD/bbl. Em Março, a cotação média do *Brent* situava-se, até ao dia 20, em 103,0, 68% acima do observado no período homólogo de 2007 (95 USD/bbl em Fevereiro).

Conjuntura Nacional

- * No 4º trimestre, o PIB acelerou para 2% em termos homólogos reais (1,7% no 3º trimestre), em resultado do incremento do contributo da procura interna, com particular destaque para o dinamismo do investimento que aumentou 8,7%. O contributo das exportações líquidas foi negativo, reflectindo o abrandamento das exportações e a aceleração das importações. No conjunto do ano, o PIB aumentou 1,9%, 0,6 p.p. acima do verificado em 2006.
- * O indicador de sentimento económico deteriorou-se nos primeiros dois meses do ano, destacando-se a evolução desfavorável dos níveis de confiança no sector dos serviços.
- * Os dados disponíveis até Fevereiro evidenciaram uma evolução globalmente positiva no que diz respeito ao consumo privado, enquanto que relativamente ao investimento, os sinais vão no sentido de abrandamento.
- * Em Fevereiro, a taxa de inflação homóloga manteve-se inalterada face ao mês anterior, em 2,9%, 0,4 p.p. abaixo da taxa verificada na área do euro.
- * Até Fevereiro, o défice global do Estado, na óptica da contabilidade pública, foi de 64,2 milhões de euros, revelando uma melhoria de 71,1 milhões de euros face ao período homólogo. O saldo primário do Estado situou-se em 272,4 milhões de euros, 50,1 milhões de euros acima do verificado no mesmo período de 2007. A Segurança Social apresentou um excedente de 721,7 milhões de euros, nos primeiros dois meses de 2008, traduzindo uma melhoria de 385,8 milhões de euros face ao período homólogo.

Comércio Internacional

- * No período de Janeiro a Dezembro de 2007, as “exportações” e as “importações” de mercadorias cresceram, em termos homólogos, respectivamente 8,4% e 6,9%.
- * No mesmo período, as “exportações” de Bens e Serviços aumentaram 10,0% em termos homólogos. Desse crescimento, 42,4% é explicado pelas “exportações” de Serviços.
- * As rubricas das “exportações” de Bens e Serviços que maiores crescimentos homólogos revelaram foram as da área dos Serviços, designadamente as da “Construção” (+32,8%), da “Informação e Informática” (+30,7%), dos “Direitos de Utilização” (25,1%), dos “Financeiros” (+22,5%), da “Comunicação” (+22,2%), e das “Operações Governamentais” (+21,1%).
- * No mesmo período, as rubricas que proporcionalmente mais contribuíram para o crescimento das “exportações” de Bens e Serviços, foram o grupo de produtos “Máquinas” (14,5%), os serviços “Viagens e Turismo” (14,3%), e o grupo “Minérios e Metais” (10,7%).

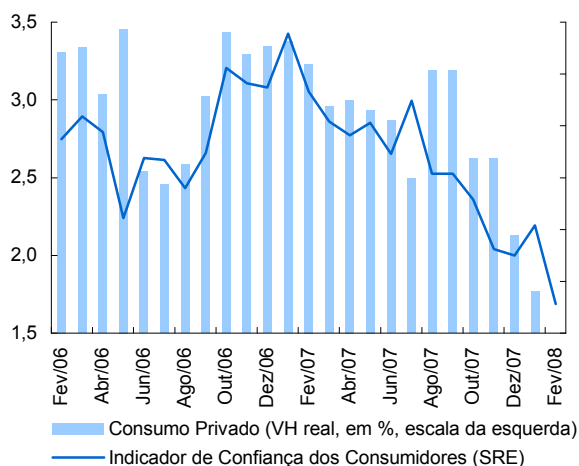
1. Enquadramento Internacional

Actividade económica extra-UE

No início de 2008, os indicadores disponíveis para os **EUA** apontam para um abrandamento da procura interna, um enfraquecimento da actividade industrial e dos serviços e uma aceleração das exportações. De facto, em termos homólogos:

- o consumo privado desacelerou, tendo aumentado 1,8% em termos reais em Janeiro (2,1% em Dezembro de 2007), o valor mais baixo desde meados de 2003, e as vendas a retalho cresceram 3,3% em termos nominais no conjunto dos meses de Janeiro e Fevereiro (4,6% no 4º trimestre de 2007);

Figura 1.1. Consumo Privado e Confiança dos Consumidores dos EUA



Fontes: *Bureau of Economic Analysis; University of Michigan.*

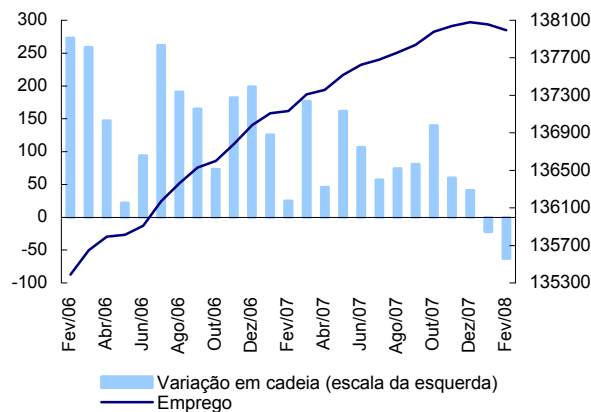
- em Janeiro, o investimento total em construção continuou a cair, para o qual contribuiu a quebra de 19,4% no segmento residencial (-18,8% em Dezembro de 2007);
- a produção industrial aumentou 1,7% no conjunto dos meses de Janeiro e Fevereiro (1,8% no 4º trimestre de 2007) e os indicadores de confiança dos empresários diminuíram, salientando-se uma deterioração significativa no sector dos serviços;
- as exportações aumentaram 16,6% em termos nominais em Janeiro (14,8% em Dezembro de 2007).

Quadro 1.1. Indicadores de Actividade Económica Extra-UE

Indicador	Unidade	Fonte	2007	2006	2007					2007		2008	
				4T	1T	2T	3T	4T	Nov	Dez	Jan	Fev	
EUA – PIB real	VH	BEA	2,2	2,6	1,5	1,9	2,8	2,5	-	-	-	-	
Índice de Produção Industrial	VH	BGFRS	1,9	3,5	2,5	1,8	1,6	1,8	2,2	1,8	2,3	1,1	
Índice ISM da Indústria Transformadora	%	ISM	51,1	50,8	50,5	53,0	51,3	49,6	50,0	48,4	50,7	48,3	
Índice ISM dos Serviços	%	"	56,0	57,6	55,3	58,0	56,0	54,8	54,6	54,4	41,9	50,8	
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE	Michigan	85,6	92,5	92,2	86,9	85,7	77,5	76,1	75,5	78,4	70,8	
Taxa de Desemprego	%	BLS	4,6	4,4	4,5	4,5	4,7	4,8	4,7	5,0	4,9	4,8	
China – PIB real	VH	NBSC	11,4	10,4	11,1	11,9	11,5	11,2	-	-	-	-	
Exportações	VH	MC	25,7	29,0	30,5	27,6	26,5	22,2	22,8	21,7	26,5	6,5	
Japão – PIB real	VH	COGJ	2,1	2,5	2,9	1,7	1,9	1,7	-	-	-	-	

O emprego registou uma quebra de 43 mil, em média, nos dois primeiros meses de 2008 (+80 mil, no 4º trimestre de 2007).

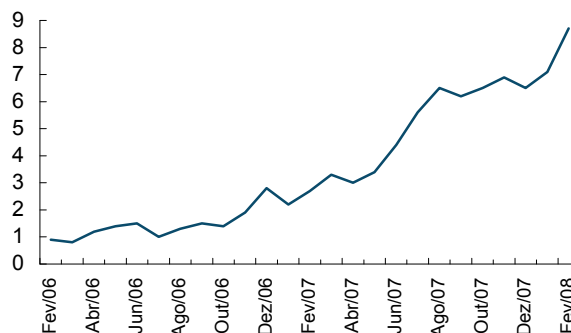
Figura 1.2. Emprego dos EUA*
(em milhares)



Fonte: *Bureau of Labor Statistics.* * Exclui Emprego na Agricultura.

A actividade económica da **China** apresentou um crescimento mais moderado no início de 2008. No conjunto dos dois primeiros meses e, em termos homólogos: a produção industrial cresceu 15,4% (17,5% no 4º trimestre de 2007) e as exportações aumentaram 16,5% em termos nominais (22,2% no 4º trimestre de 2007). A taxa de inflação homóloga subiu para 8,7% em Fevereiro (7,1% em Janeiro).

Figura 1.3. Taxa de Inflação da China
(VH, em %)

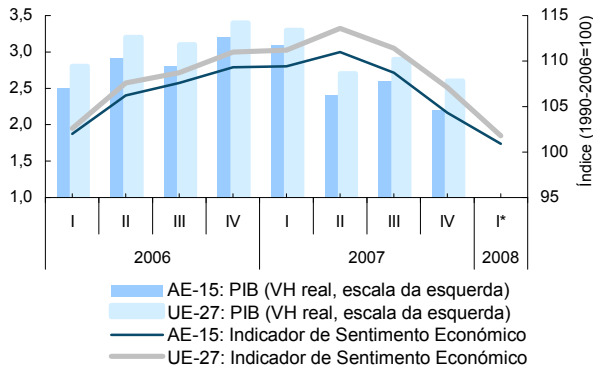


Fonte: *Instituto de Estatística da China (NBSC).*

Actividade económica da UE

No conjunto dos meses de Janeiro e Fevereiro, o indicador de sentimento económico da União Europeia continuou a evoluir desfavoravelmente. Este comportamento foi extensível à generalidade das principais economias, com destaque para a diminuição mais acentuada no Reino Unido, Espanha, França e Itália. Tanto na UE como na área do euro, foram os indicadores de confiança dos consumidores e dos empresários da construção e dos serviços que mais se deterioraram.

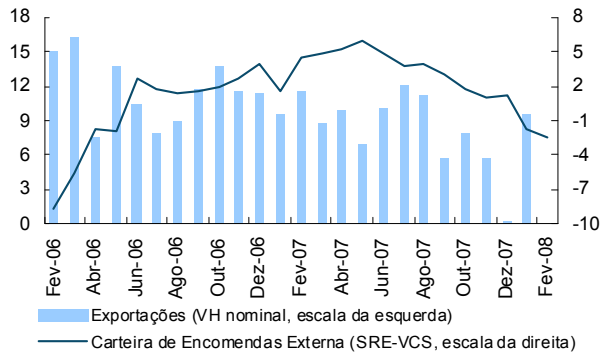
Figura 1.4. PIB e Sentimento Económico da UE e Área do Euro



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat. * Média de Janeiro e Fevereiro.

No entanto, os indicadores quantitativos disponíveis para a área do euro revelam uma aceleração da produção industrial e uma forte recuperação das vendas a retalho e das exportações.

Figura 1.5. Exportações e Carteira de Encomendas Externas da Área do Euro



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Quadro 1.2. Indicadores de Actividade Económica da UE

Indicador	Unidade	Fonte	2007	2006	2007				2007		2008	
				4T	1T	2T	3T	4T	Nov	Dez	Jan	Fev
União Europeia (UE-27) – PIB real	VH	Eurostat	2,9	3,4	3,3	2,7	2,9	2,6	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	110,8	111,0	111,2	113,6	111,4	107,1	106,8	105,8	103,3	100,2
Área do Euro (AE-13) – PIB real	VH	Eurostat	2,6	3,2	3,1	2,4	2,6	2,2	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	108,4	109,3	109,4	111,1	108,7	104,3	104,1	103,4	101,7	100,1
Índice de Produção Industrial	VH	Eurostat	3,5	4,2	4,0	2,9	3,9	3,1	3,3	1,8	3,8	:
Índice de Vendas a Retalho	VH real	"	0,8	1,8	1,6	1,0	1,1	-0,2	-0,7	-1,3	0,1	:
Taxa de Desemprego	%	"	7,4	7,9	7,6	7,4	7,3	7,2	7,2	7,1	7,1	:
IHPC	VH	"	2,1	1,8	1,9	1,9	1,9	2,9	3,1	3,1	3,2	3,3

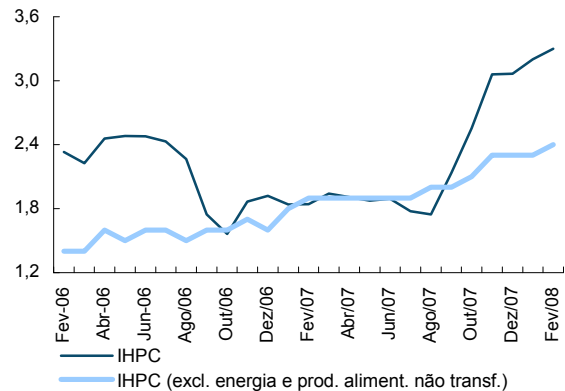
De facto, em Janeiro e, em termos homólogos:

- as vendas a retalho estabilizaram em termos reais, após terem registado uma quebra de 1,3% em Dezembro de 2007, influenciadas pela melhoria significativa na Alemanha;
- a produção industrial de bens de investimento cresceu 7,5% (3,3% no mês precedente) e as exportações aumentaram 9,5% em termos nominais, após terem estabilizado em Dezembro;

A taxa de desemprego na área do euro manteve-se em 7,1% em Janeiro, situando-se em menos 0,6p.p. do que em Janeiro de 2007, tendência que abrangeu a generalidade dos países, com excepção da Espanha e da Irlanda.

A taxa de inflação da área do euro tornou a subir em Fevereiro para 3,3% em termos homólogos (3,2% em Janeiro), devido à continuação da subida dos preços dos produtos alimentares, para 5,2% (4,8% em Janeiro) e da manutenção em níveis elevados das taxas de crescimento dos preços de energia, para 10,4% (10,6% em Janeiro).

Figura 1.6. Índice Harmonizado de Preços no Consumidor da Área do Euro (VH, em %)



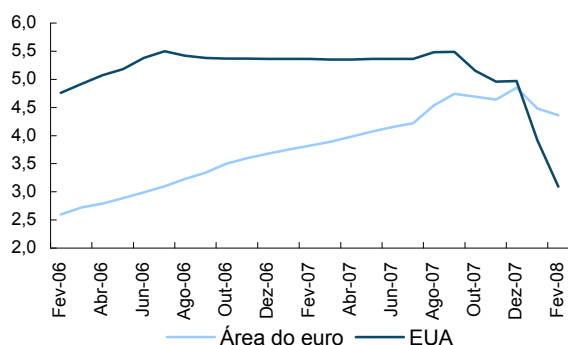
Fonte: Eurostat.

A taxa de inflação, excluindo os preços dos produtos energéticos e alimentares não transformados também subiu para 2,4% em termos homólogos, a maior subida desde Setembro de 2002.

Mercados Financeiros e Matérias Primas

Em Março, a crise financeira internacional ampliou-se, tendo levado os principais Bancos Centrais a intervirem no mercado, a fim de darem resposta à escassez de liquidez. Nos EUA, as taxas de juro de curto prazo apresentaram uma diminuição acentuada e, a Reserva Federal baixou a taxa de juro directora, para 2,25%, em Março (3% no final de Fevereiro). Na área do euro, as taxas de curto prazo têm vindo a subir, tendência particularmente acentuada desde o início de Março, situando-se a Euribor a 3 meses em 4,67%, no dia 20 (4,38% no final de Fevereiro).

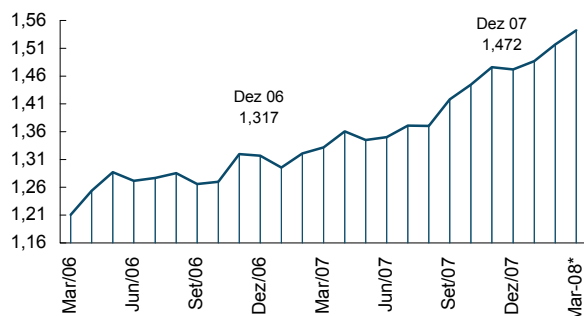
Figura 1.7. Taxa de Juro a 3 meses do mercado monetário (média do período, em %)



Fonte: BCE.

Desde Janeiro que as taxas de juro de longo prazo registaram uma diminuição na área do euro.

Figura 1.8. Taxa de Câmbio do Euro face ao Dólar (fim do período)



Fonte: Banco de Portugal. * Para Março o valor é do dia 20.

Quadro 1.3. Indicadores Monetários e Financeiros Internacionais

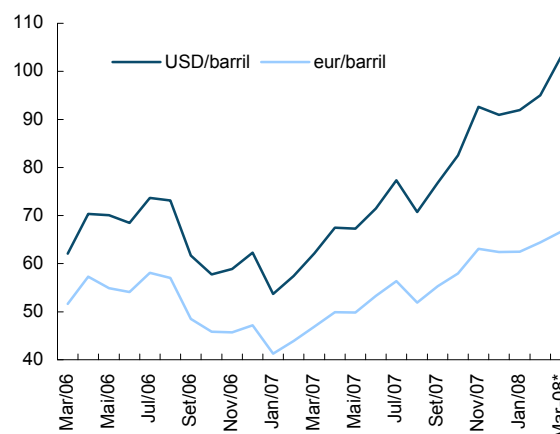
Indicador	Unidade	Fonte	2007	2006	2007				2007		2008	
				4T	1T	2T	3T	4T	Nov	Dez	Jan	Fev
Taxa Euribor a 3 meses*	%	BP	4,68	3,73	3,92	4,18	4,79	4,68	4,81	4,69	4,37	4,38
Yield OT 10 anos – EUA**	%	BCE	4,63	4,63	4,68	4,85	4,73	4,26	4,16	4,10	3,73	3,73
Yield OT 10 anos – Área do euro**	%	"	4,32	3,84	4,08	4,41	4,46	4,34	4,24	4,36	4,18	4,00
Taxa de Câmbio*	Eur/USD	BP	1,472	1,317	1,332	1,351	1,418	1,472	1,476	1,472	1,487	1,517
Dow Jones*	VH	Yahoo	6,4	16,3	11,2	20,3	19,0	6,4	9,4	6,4	6,2	0,0
DJ Euro Stoxx50*	VH	"	6,8	15,1	8,5	23,0	12,4	6,8	10,2	6,8	-9,2	-8,9
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	USD/bbl	DGEG	72,55	59,67	57,75	68,77	74,97	88,70	92,61	91,00	91,98	95,05
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	VH	"	11,4	4,9	-6,5	-1,2	7,9	48,6	57,2	46,0	71,3	65,5
Spot do Petróleo Brent em euros/bbl**	VH	DGEG e BP	1,5	-3,4	-14,2	-8,0	0,0	32,3	37,9	32,4	51,3	46,7
Preço Relativo do Petróleo em USD***	1979=100	GEE	52,7	45,9	44,3	51,4	54,4	60,0	59,7	64,0	63,7	64,0

* Fim de período; ** Valores médios; *** Preço Relativo do Petróleo é o rácio entre o preço de importação de ramas de petróleo bruto em euros e o deflador do PIB em Portugal (sempre que não haja deflador, utiliza-se o último deflador conhecido).

Em Fevereiro, o euro continuou a apreciar-se face às principais divisas, tendência que se prolongou até ao dia 18 de Março, invertendo essa tendência nos dias 19 e 20. Face ao dólar, o euro situou-se em 1,54 no dia 20 (1,52 no final de Fevereiro).

O preço do petróleo *Brent* tem vindo a evoluir no sentido ascendente, ultrapassando os 100 USD/bbl no início de Março, situando-se, em média, até ao dia 20, em 103 USD/bbl. Esta tendência tem sido associada à elevada procura das economias emergentes, à forte depreciação do dólar norte-americano e à decisão da OPEP, no início do mês, em não aumentar a quota de produção. Em Fevereiro, o preço relativo do petróleo importado subiu para 64% do valor máximo atingido durante a crise petrolífera de 1979.

Figura 1.9. Preço médio Spot do Petróleo Brent



Fontes: DGEG e BP. * Média dos valores até ao dia 20.

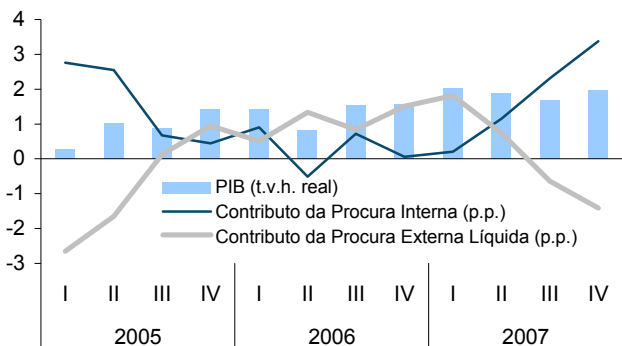
O preço das matérias-primas não energéticas continuou a acelerar, tendo aumentado 20% em termos homólogos em Fevereiro (15% em Janeiro), com destaque para o crescimento acentuado dos produtos alimentares em 39% (33% em Janeiro).

2. Conjuntura Nacional

Actividade económica e Oferta

No 4º trimestre o PIB cresceu 2%, em termos homólogos reais, de acordo com as Contas Nacionais Trimestrais do INE, uma aceleração face ao trimestre precedente (1,7%), em resultado de um forte crescimento da procura interna, que mais que compensou a deterioração da procura externa líquida.

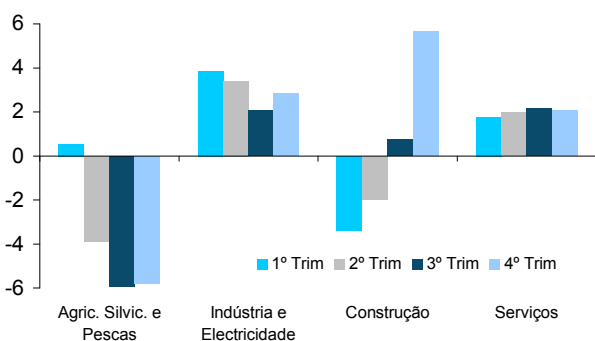
Figura 2.1. Contributos para o crescimento do PIB



Fonte: INE, Contas Nacionais Trimestrais (4º trimestre de 2007).

Em 2007, o PIB registou um crescimento real de 1,9%, o valor mais alto desde 2001.

Figura 2.2. Valor Acrescentado Bruto por sectores (VH real em 2007)



Fonte: INE.

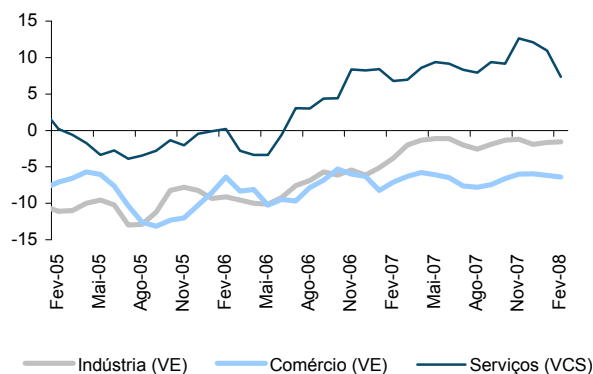
Quadro 2.1. Indicadores de Actividade Económica e Oferta

Indicador	Unidade	Fonte	2007	2006	2007				2007		2008	
				4T	1T	2T	3T	4T	Nov	Dez	Jan	Fev
PIB – CN Trimestrais	VH Real	INE	1,9	1,6	2,0	1,9	1,7	2,0	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	101,2	98,3	100,3	101,9	100,7	101,9	104,7	101,1	101,8	99,4
Indicador de Confiança da Indústria	SRE-VE	INE	-2	-6	-2	-1	-2	-2	-1	-2	-2	-1
Indicador de Confiança do Comércio	"	"	-7	-6	-6	-6	-7	-6	-5	-6	-7	-6
Indicador de Confiança dos Serviços	SRE-VCS	"	9	8	7	9	9	12	17	10	6	6
Indicador de Confiança da Construção	SRE-VE	"	-41	-49	-44	-41	-39	-43	-45	-43	-40	-39
Índice de Produção Industrial – Ind. Transf.	VH	"	3,4	2,5	4,7	3,6	2,2	3,3	0,8	2,7	0,3	:
Índice de Volume de Negócios – Ind. Transf.	"	"	5,5	7,1	7,1	5,2	3,4	6,3	5,1	4,4	5,9	:
Índice de Volume de Negócios - Serviços	"	"	4,8	0,2	3,7	4,0	5,2	6,3	5,7	5,5	5,7	:

Em relação ao VAB, e em termos reais, o sector da construção registou uma forte aceleração e o sector da indústria e electricidade também melhorou, enquanto os serviços estabilizaram e o ramo da agricultura continuou em forte quebra.

Nos meses de Janeiro e Fevereiro de 2008, e face ao 4º trimestre, a confiança melhorou na construção, estabilizou na indústria e piorou nos serviços.

Figura 2.3. Indicadores de Confiança (SRE, MM3)



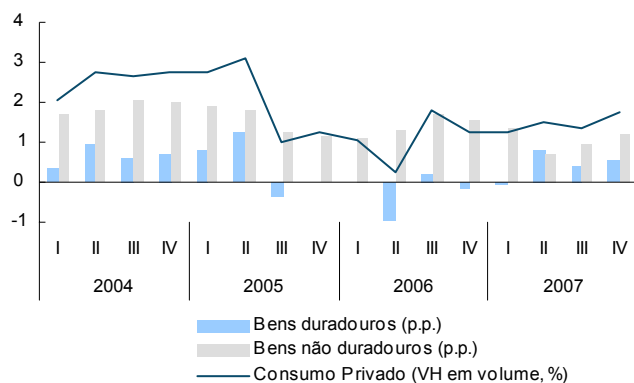
Fonte: INE.

Os dados quantitativos referentes ao mês de Janeiro indicam que, em termos homólogos, houve uma melhoria no volume de negócios na indústria transformadora, no comércio a retalho e nos outros serviços, enquanto a produção na construção e obras públicas deteriorou-se.

Consumo Privado

No 4º trimestre de 2007, o crescimento homólogo real do consumo privado acelerou para 1,8% (1,4% no 3º trimestre), reflectindo um comportamento mais favorável quer nos bens duradouros, quer nos bens não duradouros. No conjunto do ano, o consumo privado registou um crescimento real de 1,5%, acelerando face a 2006 (1,1%).

Figura 2.4. Evolução do Consumo Privado e Principais Contributos



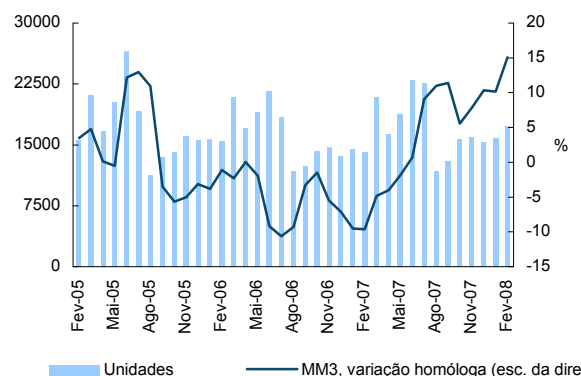
Fonte: INE, Contas Nacionais Trimestrais, 4º Trimestre de 2007.

A confiança dos consumidores registou, em Fevereiro, uma ligeira melhoria, tendo este indicador interrompido a tendência de queda que exibiu desde o início de 2007.

No mesmo mês, as opiniões dos empresários da indústria transformadora sobre a procura interna por bens de consumo melhoraram, contudo a avaliação dos empresários do comércio a retalho sobre a actividade do sector evoluiu desfavoravelmente face a Janeiro.

Em Fevereiro, as vendas de automóveis ligeiros de passageiros cresceram 22,9% em termos homólogos, acelerando face a Janeiro (9,6%). Esta aceleração deve-se, sobretudo, a um efeito base, mas também à existência de um dia útil adicional face ao mês de Fevereiro de 2007.

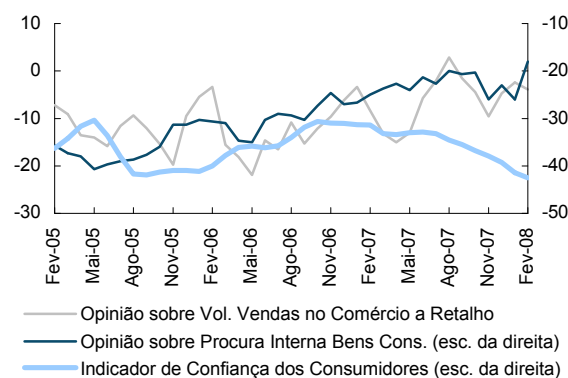
Figura 2.5. Venda de automóveis ligeiros de passageiros



Fonte: ACAP.

O índice de volume de negócios do comércio a retalho registou, em Janeiro, uma variação homóloga de 2,8% (0,1% no 4º trimestre de 2007). O segmento dos bens alimentares contribuiu decisivamente para este crescimento, tendo apresentado uma variação homóloga de 5,5%.

Figura 2.6. Opiniões dos Empresários e Confiança dos Consumidores (SRE-VE, MM3)



Fonte: INE.

Quadro 2.2. Indicadores de Consumo Privado

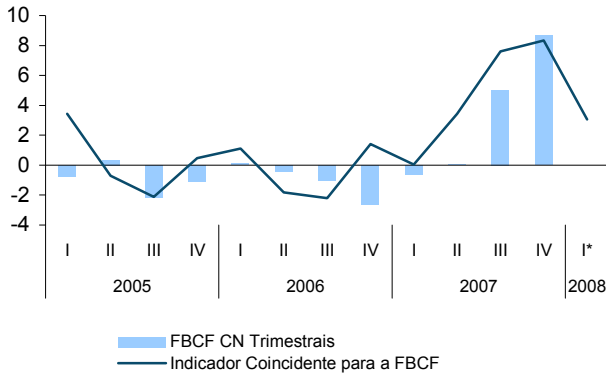
Indicador	Unidade	Fonte	2007	2006					2007				2008	
				4T	1T	2T	3T	4T	Nov	Dez	Jan	Fev		
Consumo Privado – CN Trimestrais	VH real	INE	1,5	1,3	1,2	1,5	1,4	1,8	-	-	-	-		
Indicador Coincidente do Consumo Privado	VH	GPEARI	0,9	1,6	1,2	1,2	0,9	0,4	0,4	0,2	-0,1	-0,1		
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE-VE	INE	-35	-31	-33	-33	-36	-39	-39	-41	-44	-42		
Volume de Vendas no Comércio a Retalho	SRE-VE	"	-6	-6	-13	-6	-2	-5	-11	0	4	-16		
Índice de Vol. Negóc, no Comércio a Retalho*	VH	"	0,6	1,2	1,7	0,1	0,4	0,1	0,6	-1,5	2,8	:		
Bens alimentares	VH	"	1,2	2,2	3,3	1,9	0,6	-1,0	-1,9	-2,6	5,5	:		
Bens não alimentares	VH	"	0,1	0,4	0,4	-1,3	0,2	1,1	2,8	-0,6	0,6	:		
Vendas de Automóv. Ligeiros de Passageiros**	VH	ACAP	3,7	-7,1	-4,8	0,7	11,4	10,3	8,2	12,8	9,6	22,9		

* Índices deflacionados, corrigidos de sazonalidade e de dias úteis; ** Inclui veículos Todo-o-Terreno e Monovolumes com mais de 2300Kg.

Investimento

No 4º trimestre de 2007, a FBCF registou um crescimento homólogo real de 8,7% (5% no 3º trimestre). Para este comportamento contribuiu o forte crescimento do investimento em Construção e em Material de Transporte. Em 2007, a FBCF cresceu 3,2%, o valor mais alto desde 2001.

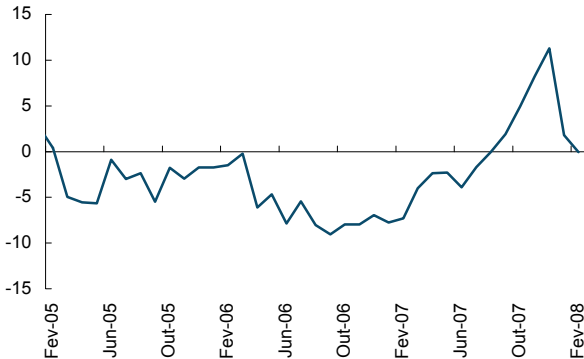
Figura 2.7. Indicador Coincidente da FBCF
(VH MM3, normalizada e calibrada)



Fonte: GPEARI. * até Fevereiro 2008

Nos dois primeiros meses do ano, o indicador coincidente da FBCF registou uma forte desaceleração, invertendo uma tendência de melhoria que se vinha verificando desde o 1º trimestre de 2007.

Figura 2.8. Vendas de Cimento
(VH, MM3)

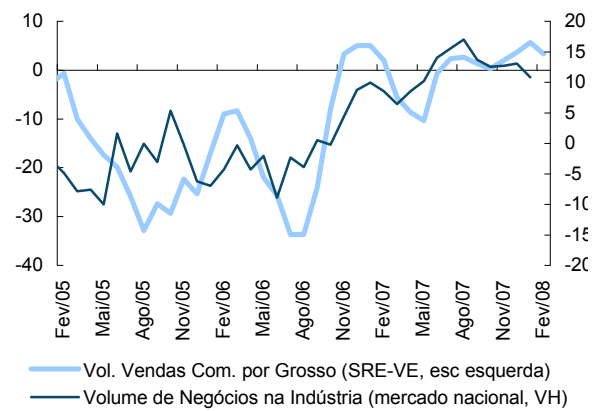


Fontes: SECIL e CIMPOR

Os dados disponíveis para os meses de Janeiro e Fevereiro apresentaram na generalidade uma evolução menos favorável:

- as vendas de cimento apresentaram uma quebra homóloga de 3,9%;
- as opiniões dos empresários sobre a evolução das vendas de bens de investimento no comércio por grosso foram menos favoráveis;
- as vendas de veículos comerciais ligeiros registaram uma quebra homóloga mais acentuada (-15,7%).

Figura 2.9. Bens de Investimento
(MM3)



Fonte: INE.

Em Janeiro, o índice de volume de negócios nas indústrias de bens de investimento para o mercado nacional registou um crescimento de 10,3%, em termos homólogos (13,1% no 4º trimestre).

Quadro 2.3 Indicadores de Investimento

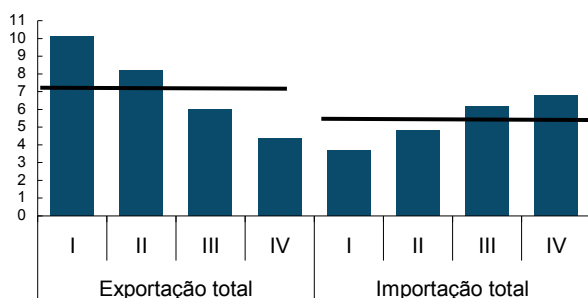
Indicador	Unidade	Fonte	2007	2006					2007		2008	
				4T	1T	2T	3T	4T	Nov	Dez	Jan	Fev
FBCF – CN Trimestrais	VH Real	INE	3,2	-2,6	-0,7	0,0	5,0	8,7	:	:	:	:
Indicador Coincidente da FBCF*	VHT	GPEARI	4,4	0,8	0,1	3,4	7,4	8,2	8,1	9,4	3,8	2,9
Vendas de Cimento	VH	SECIL e CIMPOR	1,0	-6,9	-4,0	-3,9	1,9	11,3	8,8	9,3	-10,6	3,7
Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros	VH	ACAP	6,2	3,4	1,3	47,7	-17,9	-8,1	-8,7	-3,8	-20,2	-10,8
Vendas de Veículos Comerciais Pesados	VH	ACAP	6,4	-33,3	2,7	81,8	-19,6	92,9	109,7	44,9	22,1	18,5
Volume Vendas Bens de Investimento**	SRE-VE	INE	0	5	-6	-1	1	4	7	6	4	0
Licenças de Construção de fogos	VH	INE	-7,6	-5,7	-2,0	-15,2	-4,4	-8,7	3,9	-13,0	-14,8	:
Importações de Bens de Capital***	VH	INE	16,3	11,6	13,6	15,0	21,0	15,8	16,0	10,9	:	:

* normalizado e calibrado; ** no Comércio por Grosso; *** excepto Material de Transporte

Contas Externas

Em 2007, de acordo com as Contas Nacionais trimestrais, o crescimento homólogo real das exportações de bens e serviços desacelerou para 7,1% (9,2% em 2006), reflectindo um abrandamento nas exportações de bens (de 8,4% para 5,6%), tendo as exportações de serviços permanecido elevadas (em 12,4%). As importações aceleraram para 5,4% (4,6% em 2006), em resultado de um crescimento mais forte das importações de bens (4,4% para 5,3%), enquanto as importações de serviços desaceleraram ligeiramente (5,9% para 5,6%).

Figura 2.10. Comércio Externo
(VH em volume, %)



Fonte: INE, Contas nacionais Trimestrais, 4º Trimestre de 2007.

Neste ano, verificou-se uma melhoria do saldo da balança comercial (de -8% do PIB em 2006 para -7,2% em 2007) e uma estabilização das necessidades de financiamento da economia em -8,6% do PIB.

Em Janeiro, de acordo com informação preliminar enviada pelo INE no âmbito do SDDS, ambos os fluxos comerciais registaram uma aceleração em termos de crescimento homólogo, sendo que as importações evidenciaram um comportamento muito mais dinâmico do que as exportações.

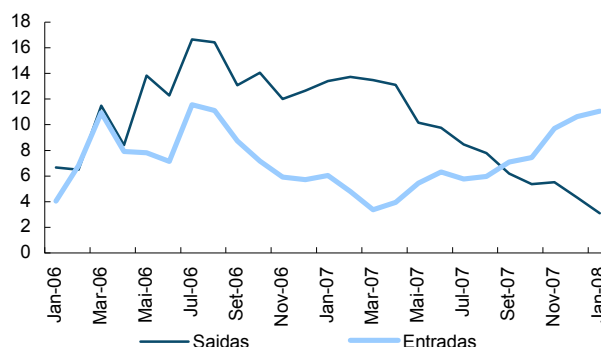
Quadro 2.4. Indicadores de Contas Externas

	Unidade	Fonte	2007	2006	2007				2007			
				4T	1T	2T	3T	4T	Out	Nov	Dez	Jan
Exportações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	INE	7,1	10,1	10,1	8,2	6,0	4,4	-	-	-	-
Importações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	"	5,4	4,3	3,7	4,8	6,2	6,8	-	-	-	-
Saldo de bens e serviços	% PIB	"	7,2	-6,5	-6,6	-6,4	-7,9	-7,9	-	-	-	-
Necessid. de financiamento da economia	% PIB	"	-8,6	-7,3	-7,4	-7,2	-9,5	-10,2	-	-	-	-
Saídas de mercadorias	VH	"	8,4	12,7	13,5	9,8	6,2	4,3	9,1	3,8	-0,6	5,5*
Entradas de mercadorias	VH	"	6,9	5,7	3,4	6,3	7,1	10,6	9,5	14,3	7,9	10,7*

	Unidade	Fonte	2006	2007	2007	2008
					Jan	Jan
Saldo Balança Corrente e de Capital	10 ⁶ euros	BP	-14 462	-13 869	-443	-1 555
Saldo Balança de Bens	"	"	-16 665	-17 339	-1 163	-1 448
Saldo Balança de Serviços	"	"	4 804	6 208	289	377
Saldo Balança de Rendimentos	"	"	-6 340	-7 376	-461	-532
Saldo Balança de Transf. Correntes	"	"	2 521	2 636	329	67

* valores preliminares enviados pelo INE no âmbito do SDDS.

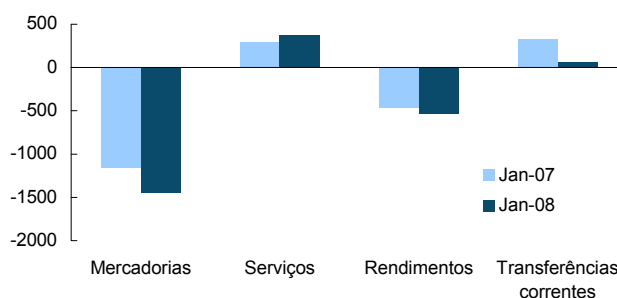
Figura 2.11. Fluxos de mercadorias
(MM3, VH, %)



Fonte: INE.

Em termos de balança de pagamentos, em Janeiro de 2008 face a Janeiro do ano anterior, verificou-se um maior défice da balança de mercadorias e de rendimentos, uma redução do saldo das transferências correntes e um aumento do saldo dos serviços.

Figura 2.12. Balança Corrente:
composição do saldo
(em milhões de euros)

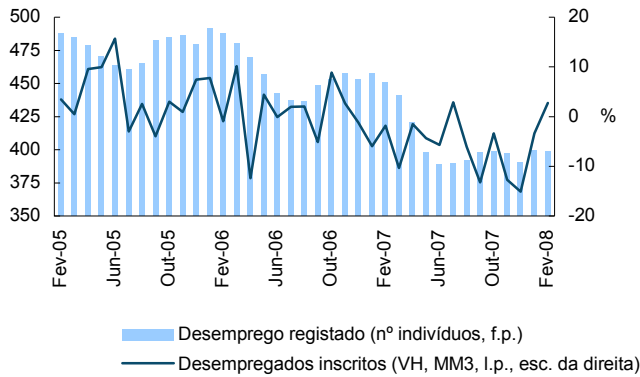


Fonte: Banco de Portugal.

Mercado de Trabalho

De acordo com os dados do IEFP, em Fevereiro o número de novos desempregados inscritos registou uma variação homóloga de 2,7%, o que contrasta com a diminuição observada no mês anterior (-3,4%).

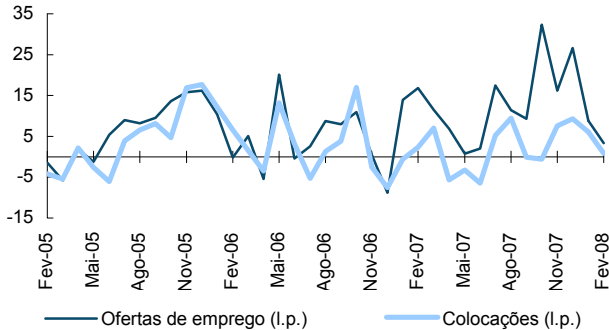
Figura 2.13. Desemprego



Fonte: IEFP.

No final do período, o número de desempregados inscritos ascendia a cerca de 399 mil, um valor próximo do observado no mês anterior, registando-se uma diminuição de 52 milhares de indivíduos em relação a Fevereiro de 2007.

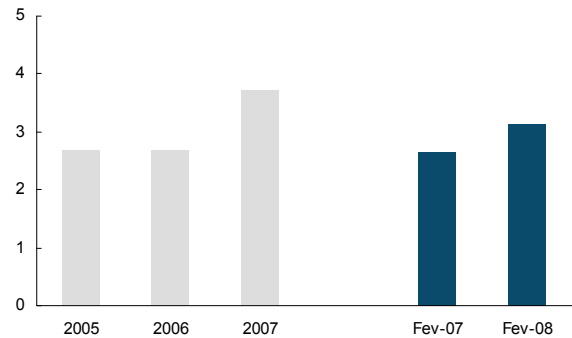
Figura 2.14. Ofertas de Emprego e Colocações
(MM3, VH)



Fonte: IEFP.

As ofertas de emprego e as colocações ao longo do período registaram, em Fevereiro, um abrandamento face ao mês precedente. Com efeito, nas ofertas de emprego observou-se uma variação homóloga de 3,4% (8,8% em Janeiro), e o crescimento homólogo das colocações abrandou de 6,1% em Janeiro para 0,8% em Fevereiro.

Figura 2.15. Remunerações implícitas na contratação colectiva
(VHA, %)



Fonte: MTSS.

Até ao final de Fevereiro, as remunerações implícitas nos instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho registaram um crescimento de 3,1%, abrangendo cerca de 140 mil trabalhadores (mais 120 mil que em igual período de 2007).

Quadro 2.5. Indicadores do Mercado de Trabalho

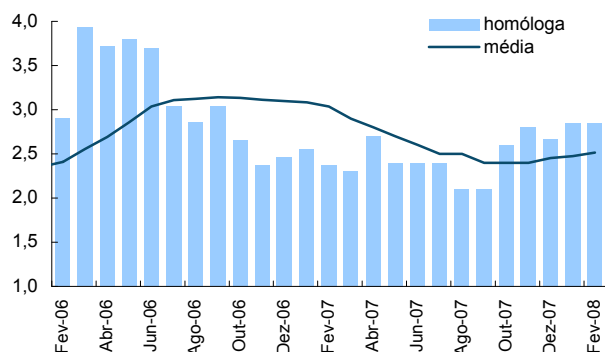
Indicador	Unidade	Fonte	2007	2006	2007				2007		2008	
				4T	1T	2T	3T	4T	Nov	Dez	Jan	Fev
Taxa de Desemprego	%	INE	8,0	8,2	8,4	7,9	7,9	7,8	-	-	-	-
Emprego Total	VH	"	0,2	0,2	0,2	-0,5	0,3	0,9	-	-	-	-
Desemprego Registado (f.p.)	VH	IEFP	-13,8	-5,6	-8,1	-12,2	-11,3	-13,8	-13,2	-13,8	-12,7	-11,6
Desempregados Inscritos (l.p.)	VH	"	-6,8	3,8	-6,2	-3,9	-6,6	-9,9	-12,7	-15,1	-3,4	2,7
Ofertas de Emprego (l.p.)	VH	"	-12,7	1,8	13,9	2,9	12,5	25,1	16,2	26,6	8,8	3,4
Contratação Colectiva	VHA	MTSS	2,9	2,7	2,7	2,9	2,9	2,9	2,8	2,9	3,7	3,1
Índice do Custo do Trabalho* – Portugal	VH	INE	4,0	3,1	3,4	3,7	3,6	5,0	-	-	-	-
Índice do Custo do Trabalho* – AE13	VH	Eurostat	:	2,2	2,3	2,5	2,5	2,7	-	-	-	-

*Total, excluindo a Administração Pública, Educação, Saúde e Outras Actividades; f.p. – no fim do período; l.p. – ao longo do período.

Preços

Em Fevereiro, as taxas de variação homóloga e de variação média dos últimos 12 meses do Índice de Preços no Consumidor (IPC) mantiveram-se inalteradas face ao mês anterior em 2,9% e 2,5%, respectivamente.

Figura 2.16. Índice de Preços no Consumidor
(Taxa de variação, em %)



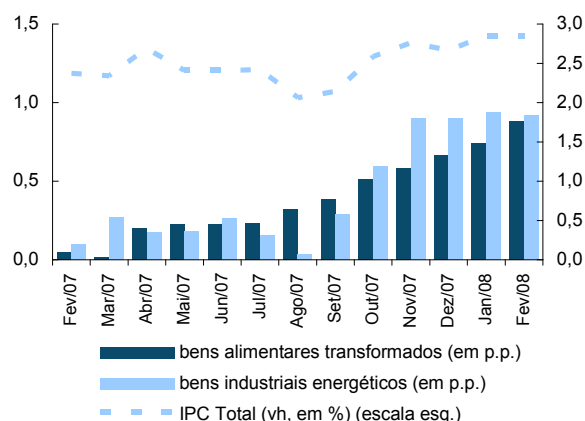
Fonte: INE.

A variação mensal dos preços foi nula (igual à verificada em Fevereiro do ano anterior). No sentido da baixa contribuíram essencialmente os preços dos artigos de vestuário e calçado (que, devido ao efeito sazonal dos saldos, diminuíram 3%), dos veículos automóveis e da carne. Em sentido contrário destacam-se os aumentos das rubricas “tabaco” (reflectindo a actualização do imposto sobre o tabaco), “jardinagem” e “pão e cereais” (cujo preço aumentou 1,8%).

Excluindo produtos alimentares não transformados e energéticos, os preços aceleraram para 2,6% em termos homólogos, mantendo-se abaixo do índice total.

Neste mês, o contributo para a variação homóloga dos bens alimentares transformados (nos quais se inclui a rubrica “pão e cereais”) voltou a aumentar, enquanto o contributo dos bens energéticos diminuiu ligeiramente.

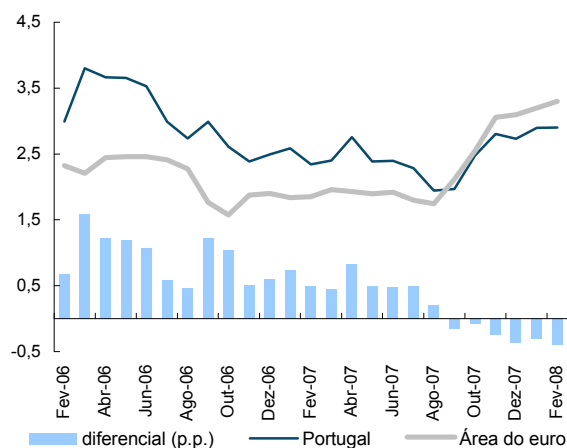
Figura 2.17. IPC e alguns contributos



Fontes: INE e GPEARI.

A inflação homóloga de Portugal, medida pelo IHPC, mantém-se abaixo da área do euro, tendo o diferencial sido de -0,4p.p. (-0,3p.p. em Janeiro).

Figura 2.18. IHPC
(VH, em %)



Fontes: INE e Eurostat.

Quadro 2.6. Indicadores de Preços

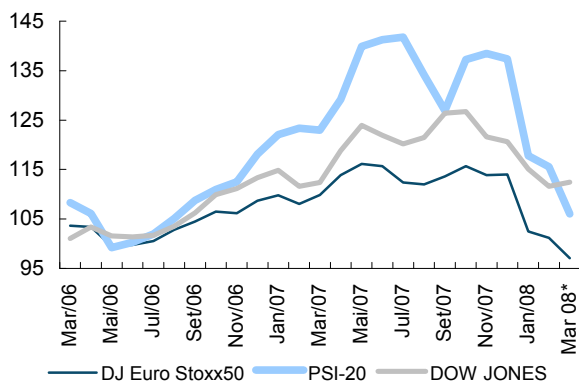
Indicador	Unidade	Fonte	2007	2007						2008		
				Fev	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev
Índice de Preços no Consumidor	VC	INE	:	0,0	-0,3	-0,4	0,4	0,5	0,3	0,1	-0,1	0,0
Índice de Preços no Consumidor	VH	"	:	2,4	2,4	2,1	2,1	2,6	2,8	2,7	2,9	2,9
Índice de Preços no Consumidor	VM12	"	2,5	3,0	2,5	2,5	2,4	2,4	2,4	2,5	2,5	2,5
IPC – Bens	VH	"	2,2	2,1	2,1	1,6	1,6	2,4	2,7	2,4	2,5	2,6
IPC – Serviços	"	"	2,9	2,6	3,0	3,0	2,9	2,9	3,0	3,0	3,4	3,4
IPC excluindo alimentares e energéticos	"	"	2,2	2,0	2,4	2,3	2,1	2,2	2,3	2,4	2,5	2,6
IHPC	"	"	2,4	3,0	2,3	1,9	2,0	2,5	2,8	3,1	2,9	2,9
Diferencial IHPC vs área do euro (VH)	p.p.	Eurostat	0,3	0,5	0,5	0,2	-0,1	-0,1	-0,3	-0,4	-0,3	-0,4

* IPC excluindo bens alimentares não transformados e bens energéticos.

Mercado de Capitais, Crédito e Taxas de Juro

Os índices bolsistas internacionais têm mantido uma elevada volatilidade desde o início do ano, revelando sinais de crescente incerteza por parte dos agentes económicos, continuando a apresentar uma quebra significativa. De facto, no dia 20 de Março face ao final do ano de 2007, os índices *DJ Euro Stoxx50* e *PSI-20* diminuíram 20% e 23%, respectivamente, mais do que anulando os ganhos obtidos em 2007.

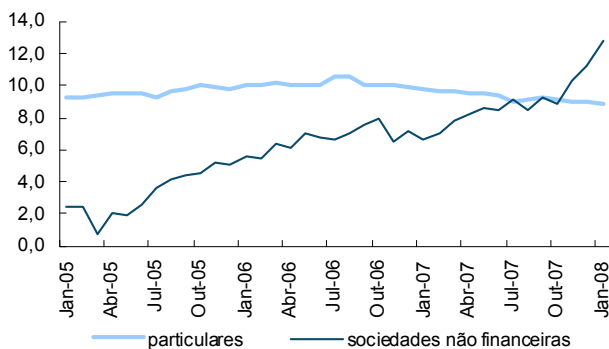
Figura 2.19. Índices Bolsistas
(Fevereiro 2006=100)



Fontes: CMVM; Finance Yahoo. Para Março, o valor é do dia 20.

Em Fevereiro, a capitalização bolsista total diminuiu 16% em relação ao final do ano de 2007 devido, principalmente, à quebra do segmento accionista.

Figura 2.20. Empréstimos ao Sector Privado
(va, em %)



Fonte: Banco de Portugal.

Quadro 2.7. Indicadores Monetários e Financeiros

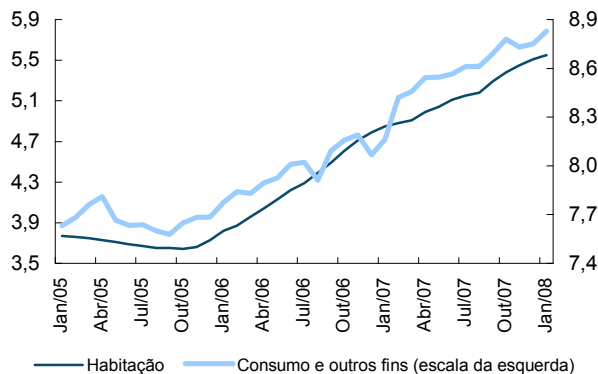
Indicador	Unidade	Fonte	2007	2007						2008		
				Jun	Jul	Jun	Jul	Jun	Jul	Jun	Jul	
Yield OT 10 anos PT*	%	IGCP	4,54	4,72	4,60	4,54	4,55	4,47	4,36	4,54	4,21	4,38
Yield OT 10 – Spread Portugal face a Alemanha*	p.b.	"	20	18	26	25	23	29	25	20	28	49
PSI 20*	VH	CMVM	16,3	40,8	39,0	27,7	16,7	23,7	23,1	16,3	-3,5	-6,3
Empréstimos a particulares: - para habitação	va**	BP	8,5	9,0	8,9	8,9	8,8	8,8	8,6	8,5	8,4	:
- para consumo	va**	"	13,7	12,4	12,1	12,6	12,3	13,3	14,1	13,7	11,7	:
Empréstimos a empresas	va**	"	11,2	8,5	9,1	8,5	9,2	8,9	10,4	11,2	12,8	:
Taxa de Juro de empréstimos p/ habitação*	%	"	5,51	5,11	5,15	5,18	5,29	5,38	5,45	5,51	5,55	:
Taxa de Juro de empréstimos p/ empresas*	%	"	6,16	5,71	5,78	5,81	5,93	6,08	6,10	6,16	6,22	:

* Fim de período; ** Variação anual. Nota: As taxas de variação anual são calculadas com base na relação entre saldos de empréstimos bancários em fim de mês, ajustados de operações de titularização, e transacções mensais, as quais são calculadas a partir de saldos corrigidos de reclassificações, de abatimentos ao activo e de reavaliações cambiais e de preço.

Em Janeiro de 2008, o ritmo de crescimento dos empréstimos ao sector privado não financeiro tornou a aumentar, reflectindo a aceleração do crédito destinado a empresas.

O crédito destinado a particulares manteve o perfil descendente, associado ao abrandamento do crédito destinado à habitação para 8,4% (9,5% em Janeiro de 2007).

Figura 2.21. Taxas de Juro de Empréstimos a Particulares (em %)



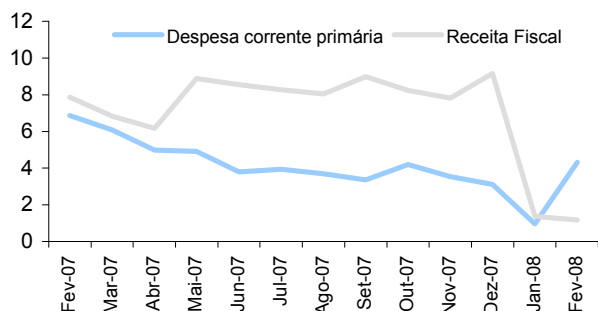
Fonte: Banco de Portugal.

As taxas de juro do crédito continuaram a subir em Janeiro, sendo as respeitantes aos empréstimos concedidos às empresas e à habitação aquelas que mais aumentaram. De facto, a taxa de juro do crédito às empresas subiu para 6,2% (5,5% em Janeiro de 2007) e o destinado à habitação situou-se em 5,6% (4,9% em Janeiro de 2007).

Finanças Públicas – Estado

Até Fevereiro, o défice global provisório do subsector Estado, na óptica da contabilidade pública foi de 64,2 milhões de euros, traduzindo uma melhoria de 71,1 milhões de euros quando comparado com o mesmo período do ano anterior. O saldo primário foi de 272,4 milhões de euros, registando uma subida de 50,1 milhões de euros, relativamente ao período homólogo.

Figura 2.22. Execução Orçamental do Estado
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

A execução orçamental deste subsector caracterizou-se pelo:

- aumento da receita fiscal em 1,2%, quando comparada com o mesmo período de 2007. Os impostos directos registaram um aumento de 6,2% e os impostos indirectos uma diminuição de 1,0%. A evolução dos impostos indirectos é, em parte, explicada pela menor receita de imposto sobre o tabaco (redução de 108,2 milhões de euros de receita neste imposto, face a igual período de 2007), justificado pelo significativo aumento das introduções no consumo deste produto nos finais de 2006 sem contrapartida em 2007;
- crescimento da despesa total de 1,4%, em termos homólogos acumulados. As despesas correntes registaram um aumento de 3,7% e as despesas de capital uma redução de 24,5%. Dentro das despesas correntes, as despesas com pessoal registaram um crescimento de 1,7% e a rubrica aquisição de bens e serviços um aumento de 26,3%.

Quadro 2.9. Execução Orçamental do Estado

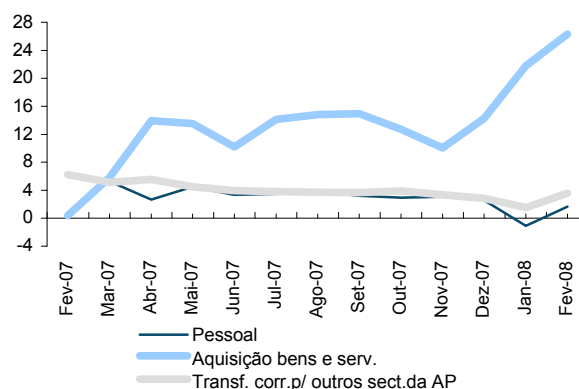
	2007		2008		2007		2008	
	Jan-Fev		Jan-Fev		Nov.	Dez.	Jan.	Fev.
	10 ⁶ euros		Execução face ao OE corrigido (%)		VHA (%)			
Receita Total	6453,8	6620,1	17,1	16,7	8,8	9,2	4,0	2,6
Receita Corrente	6384,3	6508,3	17,1	16,5	8,8	9,1	3,1	1,9
Impostos Directos	1771,4	1881,7	13,2	12,7	13,5	17,2	7,5	6,2
Impostos Indirectos	4057,6	4015,4	19,2	18,5	4,5	4,1	-2,2	-1,0
Despesa Total	6589,0	6684,3	14,8	14,7	3,4	3,2	-0,5	1,4
Despesa Corrente	6059,4	6284,4	14,7	14,8	4,0	3,6	3,1	3,7
Despesa com Pessoal	2047,0	2080,8	15,3	15,4	3,1	2,6	-1,1	1,7
Aquisição Bens e Serviços	76,4	96,5	5,9	7,4	10,1	14,2	21,8	26,3
Subsídios	6,9	19,6	1,0	2,9	7,5	-1,3	-50,0	185,4
Juros	357,6	336,6	7,5	6,7	7,6	7,3	44,0	-5,9
Transferências	3544,3	3682,7	17,1	17,2	3,4	3,0	1,7	3,9
Saldo Global	-135,2	-64,2	-	-	-	-	-	-
Saldo Primário	222,4	272,4	-	-	-	-	-	-

* Corresponde ao OE inicial corrigido das alterações orçamentais da competência do Governo, nomeadamente, os montantes cativos utilizados, as autorizações de despesa, e os reforços de dotação provisional.

Fonte: DGO.

Inversamente, registou-se uma diminuição dos encargos com juros em 5,9%.

Figura 2.23. Despesa do Estado – principais componentes
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Em 29 de Fevereiro de 2008, a dívida directa do Estado situou-se nos 111 mil milhões de euros, registando-se uma diminuição face ao final do mês anterior. A variação da dívida em Fevereiro traduz, fundamentalmente, a emissão líquida negativa de obrigações do Tesouro (174 milhões de euros) e de certificados de aforro (162 milhões de euros). Em sentido contrário, o *stock* de bilhetes do Tesouro e de CEDIC aumentou face ao final de Janeiro. No mesmo período, a dívida em moedas não euro apresentou uma diminuição do *stock* em 5 milhões de euros, resultado da apreciação cambial do euro.

Quadro 2.8. Movimento da Dívida do Estado
(milhões de euros)

	31-Jan-08		Fev-08			29-Fev-08	
	Saldo	Emissões	Amortiz.	Outros	Saldo		
Transaccionável	86762	483	174	-5	87 065		
Bilhetes do Tesouro	7649	483	0	0	8 132		
Obrigações do Tesouro	77661	0	174	-1	77 486		
Não Transaccionável	25197	6 386	7 724	0	23 858		
Certificados de Aforro	18186	98	260	0	18 024		
CEDIC	4595	2 532	2 330	0	4 798		
Total	111959	6 869	7 899	-5	110 923		

Fonte: IGCP.

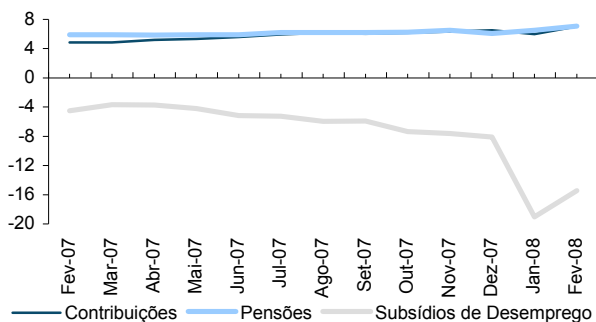
Segurança Social

Até Fevereiro, e na óptica da contabilidade pública, o excedente da execução orçamental da Segurança Social foi de 721,7 milhões de euros, revelando uma melhoria de 385,8 milhões de euros face ao mesmo período de 2007.

A execução orçamental da Segurança Social caracterizou-se por:

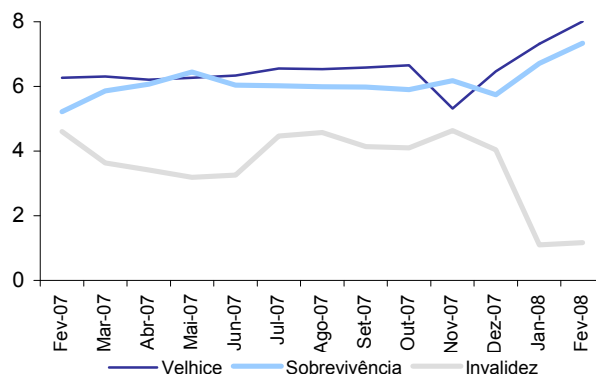
- um aumento da receita corrente em 12,2%, influenciada pelas evoluções positivas das contribuições e das transferências correntes da Administração Central e do Fundo Social Europeu;
- e, um ligeiro aumento da despesa corrente em 0,2%. Para este resultado contribuiu a subida da despesa em pensões (7,1%), devido ao pagamento do montante adicional relativo à actualização anual das pensões e complementos. Contrariamente, registaram-se decréscimos nos subsídios de desemprego (15,5%), cujo número de beneficiários tem diminuído, e no subsídio por doença (20,9%). Regista-se novamente uma diminuição das despesas em acções de formação profissional (50,1%), sobretudo as suportadas pelo Fundo Social Europeu (44,1%).

Figura 2.24. Execução Orçamental da Seg. Social
(VHA, em %)



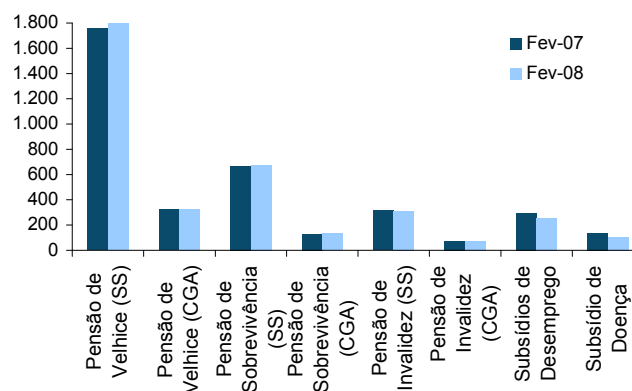
Fonte: DGO.

Figura 2.25. Despesa em Pensões da Seg. Social
(VHA, em %)



Fonte: DGO

Figura 2.26. Número de Pensões e Subsídios Atribuídos
(milhares)



Fonte: MTSS.

Até Fevereiro, e na óptica da contabilidade pública, o défice da Caixa Geral de Aposentações (CGA) foi de 73,7 milhões de euros, o qual compara com 7,5 milhões de euros no mesmo período do ano anterior. A receita corrente apresentou um decréscimo de 2,5% em termos homólogos, sobretudo devido à diminuição das quotas de subscritores e da comparticipação do Orçamento do Estado neste mês. A despesa corrente aumentou 5,4%, reflectindo a evolução das despesas em pensões.

Quadro 2.10. Execução Orçamental da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações

	Segurança Social				Caixa Geral de Aposentações				
	2007		2008		2007		2008		
	Jan.-Fev.		Jan.-Fev.		Jan.-Fev.		Jan.-Fev.		
	10 ⁶ euros	VHA	Execução face ao OE (%)	Execução face ao OE (%)	10 ⁶ euros	VHA	Execução face ao OE (%)	Execução face ao OE (%)	
Receita Total	3 243	3 637	12,2	16,1	1 037	1 011	-2,5	14,3	13,6
Contribuições e quotizações	2 081	2 228	7,1	16,9	970	943	-2,7	34,0	31,8
Transf. Correntes da Adm. Central	921	996	8,1	15,3	633	604	-4,6	17,6	16,3
Despesa Total	2 907	2 915	0,3	14,5	1 029	1 085	5,4	14,0	14,4
Pensões	1 701	1 821	7,1	13,8	888	950	7,0	13,9	14,7
Subs.de Desemp.e Apoio ao Emp.	308	260	-15,5	15,6	-	-	-	-	-
Prestações e Acção Social	574	585	2,0	15,6	-	-	-	-	-
Saldo Global	336	722	-	-	7,6	-73,7	-	-	-

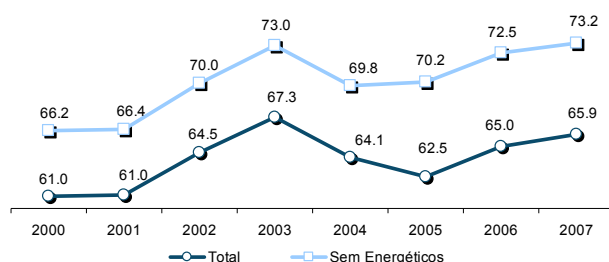
Fontes: DGO e GPEARI.

3. Comércio Internacional ^[1]

Evolução global ^[2]

De acordo com dados recentemente divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, no período de Janeiro a Dezembro de 2007 as saídas ^[3] de mercadorias (comércio Intra+Extra UE) cresceram, em termos homólogos, a um ritmo superior ao das entradas (+8,4% contra +6,9%) (Quadro 3.1).

Figura 3.1. Evolução da Taxa de Cobertura (fob/cif) das Entradas pelas Saídas de Mercadorias (%)



Quadro 3.1. Evolução da Balança Comercial

Intra + Extra UE (milhões de Euros)	Janeiro a Dezembro					
	2006	2007	VH			
Saídas (fob)	34 511	37 402	8.4			
Entradas (cif)	53 100	56 758	6.9			
(fob)	50 621	54 108	6.9			
Saldo (fob-cif)	- 18 589	- 19 356	4.1			
(fob-fob)	- 16 109	- 16 706	3.7			
Cobertura (fob/cif)	65.0	65.9	-			
(fob/fob)	68.2	69.1	-			
Sem energéticos:						
Saídas (fob)	32 623	35 763	9.6			
Entradas (cif)	44 997	48 834	8.5			
(fob)	42 896	46 554	8.5			
Saldo (fob-cif)	-12 374	-13 071	5.6			
(fob-fob)	-10 272	-10 790	5.0			
Cobertura (fob/cif)	72.5	73.2	-			
(fob/fob)	76.1	76.8	-			
Extra UE (milhões de Euros)	Janeiro			Últimos 12 meses		
	2007	2008	VH	Fev 06-Jan 07	Fev 07-Jan 08	VH
Exportações (fob)	683	786	15.1	7 954	8 828	11.0
Importações (cif)	1 119	1 367	22.2	13 046	14 197	8.8
(fob)	1 067	1 304	22.2	12 437	13 534	8.8
Saldo (fob-cif)	- 436	- 581	33.2	- 5 092	- 5 369	5.4
(fob-fob)	- 384	- 517	34.7	- 4 483	- 4 706	5.0
Cobertura (fob/cif)	61.0	57.5	-	61.0	62.2	-
(fob/fob)	64.0	60.3	-	64.0	65.2	-

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE (estimados para Intra-UE): 2006 - 2ª versão do ano; 2007 - versão preliminar do ano; 2008 - versão preliminar.

[1] Informação mais desagregada encontra-se disponível no "site" do GEE em "Síntese Estatística do Comércio Internacional": www.gee.min-economia.pt

[2] Os dados de base do comércio internacional (Intra + Extra-UE) divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística para o período de Janeiro a Dezembro de 2007 e os do comércio extra-comunitário relativos ao mês de Janeiro de 2008, correspondem a primeiras versões. Os dados relativos a 2006, são os implícitos numa segunda versão do ano. No que respeita ao comércio intracomunitário, em ambos os anos estão incluídas estimativas do INE do valor abaixo dos limiares de assimilação (limiar anual abaixo do qual os operadores intracomunitários estão dispensados de declaração *Intrastat*, limitando-se à entrega da declaração periódica fiscal: no caso de Portugal, 70 mil euros para as chegadas e 110 mil para as expedições, em 2007), bem como estimativas das não-respostas (valor das transações das empresas para as quais o INE não recebeu ainda informação).

[3] A designação "saídas" traduz o somatório das "expedições" para o espaço comunitário com as "exportações" para os países terceiros. Paralelamente, "entradas" corresponde à acumulação das "chegadas" de países comunitários, com as "importações" provenientes dos países terceiros.

O grau de cobertura (Fob/Cif) das entradas pelas saídas de mercadorias subiu 0,9 pontos percentuais, ao passar de 65,0% para 65,9% (Figura 3.1).

Excluindo os produtos energéticos, constata-se que no período de Janeiro a Dezembro de 2007 as saídas cresceram 9,6% em termos homólogos, tendo as entradas aumentado 8,5%. A correspondente taxa de cobertura (Fob/Cif) atingiu 73,2%, superior em 0,7 p.p. à registada no período homólogo anterior.

Segundo dados já disponíveis para o mês de Janeiro de 2008, as exportações para os países terceiros, nos últimos 12 meses a terminar em Janeiro, terão aumentado 11,0%, e as importações 8,8% (Quadro 3.1).

Quadro 3.2. Evolução Mensal e Trimestral

Intra+Extra UE (milhões de Euros)	ENTRADA (Cif)			SAÍDA (Fob)		
	2006	2007	Tx Var	2006	2007	Tx Var
Janeiro	4 042	4 405	9.0	2 630	3 090	17.5
Fevereiro	4 134	4 217	2.0	2 586	2 958	14.4
Março	4 901	4 896	-0.1	3 151	3 447	9.4
Abril	4 101	4 543	10.8	2 531	2 947	16.5
Maio	4 698	5 008	6.6	3 108	3 289	5.8
Junho	4 692	4 792	2.1	3 094	3 350	8.3
Julho	4 468	4 854	8.7	3 073	3 421	11.3
Agosto	3 913	4 205	7.5	2 370	2 433	2.6
Setembro	4 531	4 767	5.2	3 010	3 122	3.7
Outubro	4 816	5 275	9.5	3 111	3 392	9.1
Novembro	4 606	5 265	14.3	3 213	3 335	3.8
Dezembro	4 198	4 530	7.9	2 634	2 619	-0.6
1º Trimestre	13 077	13 518	3.4	8 367	9 494	13.5
2º Trimestre	13 491	14 343	6.3	8 733	9 586	9.8
3º Trimestre	12 912	13 827	7.1	8 453	8 976	6.2
4º Trimestre	13 621	15 070	10.6	8 958	9 346	4.3

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE (estimados para Intra-UE): 2006 - 2ª versão; 2007 - versão preliminar.

Saídas de Mercadorias

No período de Janeiro a Dezembro de 2007, as saídas de mercadorias registaram, face ao período homólogo anterior, uma taxa de crescimento em valor de 8,4%. Esta taxa é consideravelmente superior à taxa média de crescimento anual dos últimos cinco anos (+4,6%) (Quadro 3.3).

No mesmo período, assinalam-se crescimentos a dois dígitos nas saídas dos grupos de produtos "Agro-alimentares" (+17,4%), "Produtos Acabados Diversos" (+14,3%), "Minérios e Metais" (+13,9%), e "Químicos" (+13,3%).

Seguiram-se os grupos da "Madeira, Cortiça e Papel" (+9,1%), "Máquinas" (+8,2%), "Material de Transporte" (+4,9%), "Vestuário e Calçado" (+4,5%), e "Peles, Couros e Têxteis" (+3,3%).

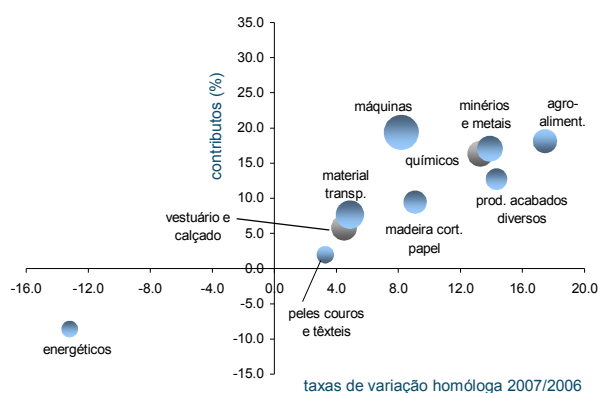
O único grupo de produtos em que se verificou uma variação negativa foi o dos "Energéticos" (-13,2%).

As saídas do grupo "Vestuário e Calçado" reflectiram aumentos no "vestuário de malha" (+5,4%), no "calçado" (+3,8%) e no "vestuário excepto de malha" (+3,6%).

Ponderando os pesos no total, os maiores contributos para a taxa de crescimento das saídas de mercadorias no período de Janeiro a Dezembro de 2007 couberam aos grupos "Máquinas" (19,4%), "Agro-alimentares" (18,1%), "Minérios e Metais" (17,1%), "Químicos" (16,3%), e "Produtos Acabados Diversos" (12,7%).

Menos relevantes foram os contributos dos grupos "Madeira, Cortiça e Papel" (9,4%), "Material de Transporte" (7,7%), "Vestuário e Calçado" (5,9%), e "Peles, Couros e Têxteis" (2,0%). Negativo foi o contributo do grupo "Energéticos" (-8,6%) (Figura 3.2 e Quadro 3.3).

Figura 3.2. Contributos para o Crescimento das Saídas por Grupos de Produtos (%)



Nota: A dimensão dos círculos representa o peso relativo de cada grupo de produtos no total das saídas no período.

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE (estimados para Intra-UE): 2006 - 2ª versão do ano; 2007 - versão preliminar.

Quadro 3.3. Saídas* de Mercadorias por Grupos de Produtos

Grupos de Produtos	Milhões de Euros		Estrutura (%)				Intra + Extra UE			
			Anual		Jan-Dez		média anual	Taxas de variação e contributos		
	Jan-Dez		2001	2006**	2006	2007		01-06**	VH	Jan-Dez
	2006	2007					p.p.			%
TOTAL DAS SAÍDAS	34 511	37 402	100.0	100.0	100.0	100.0	4.6	8.4	8.4	100.0
000 Agro-Alimentares	3 009	3 533	7.3	8.6	8.7	9.4	8.2	17.4	1.5	18.1
100 Energéticos	1 888	1 639	1.9	5.6	5.5	4.4	30.1	-13.2	-0.7	-8.6
200 Químicos	3 561	4 033	7.4	10.5	10.3	10.8	12.0	13.3	1.4	16.3
300 Madeira, Cortiça e Papel	3 011	3 284	9.7	8.8	8.7	8.8	2.6	9.1	0.8	9.4
400 Peles, Couros e Têxteis	1 743	1 800	7.9	5.0	5.0	4.8	-4.7	3.3	0.2	2.0
500 Vestuário e Calçado	3 778	3 948	17.7	10.7	10.9	10.6	-5.4	4.5	0.5	5.9
600 Minérios e Metais	3 557	4 051	6.1	10.3	10.3	10.8	16.3	13.9	1.4	17.1
700 Máquinas	6 838	7 398	19.4	19.9	19.8	19.8	5.1	8.2	1.6	19.4
800 Material de Transporte	4 560	4 782	15.7	13.4	13.2	12.8	1.2	4.9	0.6	7.7
900 Produtos Acabados Diversos	2 566	2 934	7.0	7.2	7.4	7.8	5.2	14.3	1.1	12.7
Por memória:										
Total sem energéticos	32 623	35 763	98.1	94.4	94.5	95.6	3.8	9.6	9.1	108.6

* Somatório das "Expedições" de mercadorias para a UE com as "Exportações" para Países Terceiros.

** O ano 2006, aqui considerado, não inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação e das não-respostas para ser comparável com 2001.

[1] Contributos para a taxa de crescimento das saídas - análise shift-share: (VH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE (estimados para Intra-UE): 2006 - 2ª versão; 2007 - versão preliminar.

No período de *Janeiro a Dezembro de 2007*, as expedições para o *mercado comunitário* cresceram 7,3% e as exportações para os países terceiros aumentaram 12,0% (Quadro 3.4).

Neste período, destacam-se, entre os países comunitários, os aumentos das expedições portuguesas para Espanha (+11,7%, que compara com +11,9% no período de 2001-2006), França (+10,8%, que compara com +3,9%), Alemanha (+8,0%, com -2,7% em 2001-2006) e Itália (também +8,0%, com 2,5% em 2001-2006).

Estes 4 países representaram 58,1% do total das saídas de mercadorias. Verificaram-se decréscimos nas expedições para a Bélgica (-12,2%), Reino Unido (-7,4%) e Países Baixos (-1,4%).

Entre os *países terceiros*, destacam-se, pelo seu peso relativo, os EUA (4,8% do total) e Angola (4,5%).

No período em análise, ressalta o forte incremento das exportações para a Malásia (+370,4%), Japão (+171,4%), Angola (+38,8%) e Rússia (+32,4%).

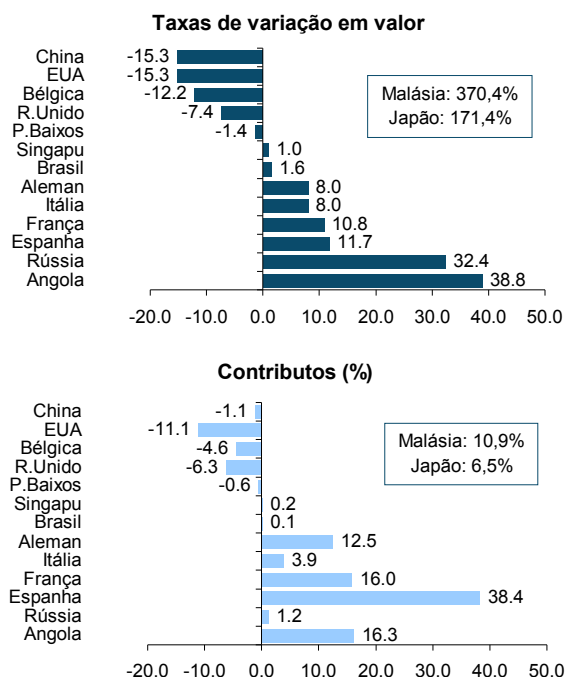
Após um acentuado aumento nos últimos anos, as exportações para Singapura, constituídas principalmente por dispositivos electrónicos, cresceram apenas 1,0% no período, tendo no entanto aumentado substancialmente as exportações deste tipo de produtos para a região, designadamente para a Malásia e Japão.

As exportações para a China, que nos últimos cinco anos haviam crescido à taxa média anual de 28,9%, registaram agora uma descida (-15,3%) (Figura 3.3 e Quadro 3.4).

Ponderando os pesos no total, os maiores contributos para o crescimento das saídas de mercadorias no período em análise, em termos de mercados de destino, foram os da Espanha (38,4%), de Angola (16,3%), da França (16,0%), da Alemanha (12,5%), da Malásia (10,9%), e do Japão (6,5%).

Figura 3.3. Taxas de Crescimento das Saídas para uma Selecção de Mercados e Contributos

Figura 3.3 - Taxas de crescimento das saídas



Quadro 3.4. Evolução das Saídas de Mercadorias com Destino a uma Selecção de Mercados

Intra + Extra-UE (Fob)

Valores em milhões de euros

Destino	Jan-Dez		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos [2]			
	2006	2007	anual		Jan-Dez		média anual 01-06*	Jan-Dez		
			2001	2006*	2006	2007		VH	contributos	
								p.p.	%	
TOTAL	34 511	37 402	100.0	100.0	100.0	100.0	4.6	8.4	8.4	100.0
Intra UE-27	26 722	28 677	81.2	76.7	77.4	76.7	3.4	7.3	5.7	67.6
Espanha	9 459	10 568	19.3	27.2	27.4	28.3	11.9	11.7	3.2	38.4
Alemanha	4 523	4 886	19.0	13.2	13.1	13.1	-2.7	8.0	1.1	12.5
França	4 268	4 729	12.7	12.3	12.4	12.6	3.9	10.8	1.3	16.0
R.Unido	2 433	2 252	10.2	6.9	7.1	6.0	-3.5	-7.4	-0.5	-6.3
Itália	1 415	1 529	4.4	4.0	4.1	4.1	2.5	8.0	0.3	3.9
P.Baixos	1 288	1 270	4.1	3.7	3.7	3.4	2.8	-1.4	-0.1	-0.6
Bélgica	1 085	953	5.3	3.2	3.1	2.5	-5.6	-12.2	-0.4	-4.6
Extra UE-27	7 789	8 725	18.8	23.3	22.6	23.3	9.2	12.0	2.7	32.4
EUA	2 105	1 784	5.7	6.3	6.1	4.8	6.5	-15.3	-0.9	-11.1
Angola	1 210	1 680	1.9	3.6	3.5	4.5	19.2	38.8	1.4	16.3
Singapura	700	707	0.3	2.1	2.0	1.9	51.9	1.0	0.0	0.2
Malásia	85	400	0.1	0.3	0.2	1.1	33.3	370.4	0.9	10.9
Japão	109	296	0.4	0.3	0.3	0.8	0.0	171.4	0.5	6.5
Brasil	255	259	0.8	0.8	0.7	0.7	2.5	1.6	0.0	0.1
China	214	181	0.2	0.6	0.6	0.5	28.9	-15.3	-0.1	-1.1
Rússia	108	143	0.1	0.3	0.3	0.4	36.7	32.4	0.1	1.2

Por memória:

PALOP	1 529	2 062	2.8	4.5	4.4	5.5	15.5	34.9	1.5	18.5
EFTA	393	374	2.2	1.2	1.1	1.0	-7.9	-4.8	-0.1	-0.7

* O ano de 2006 na estrutura anual e na média anual 2001-2006 não inclui estimativas abaixo do limiar e das não-respostas para ser comparável com

[2] Contributos p/ taxa de crescimento das saídas - análise shift-share: (VH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE (estimados para Intra-UE): 2006 - segunda versão do ano; 2007 - versão preliminar.

Entradas de Mercadorias

No período de Janeiro a Dezembro de 2007, as entradas de mercadorias registaram, face ao período homólogo anterior, uma taxa de crescimento de 6,9% (Quadro 3.5).

Ponderando os pesos no total das entradas, os maiores contributos para a sua taxa de crescimento incidiram nos grupos de produtos "Agro-alimentares" (23,7%), "Máquinas" (18,4%), "Material de Transporte (16,0%), "Químicos" (12,5%), e "Minérios e Metais" (12,4%).

O único contributo negativo para o crescimento das entradas neste período foi o do grupo "Energéticos" (-4,9%).

O grupo de produtos "Máquinas", o que detém a maior quota no conjunto das entradas, pesou 19,8% no total.

Seguiram-se, com quotas de 2 dígitos, os grupos "Energéticos" (14,0%), "Químicos" (13,6%), "Agro-alimentares" (12,8%), "Material de Transporte" (12,0%) e "Minérios e Metais" (10,5%).

A UE-27 foi a origem de 75,4% das entradas em 2007, com destaque, à semelhança do que acontece com as saídas de mercadorias, para a Espanha, Alemanha e França, respectivamente com 31,0%, 13,2% e 8,7% do total.

Entre os países terceiros, sobressaíram o Brasil (2,4% do total das entradas), China (1,9%) e Nigéria (1,8%).

As entradas provenientes dos países da OPEP, onde já se inclui Angola, representaram neste período 6,8% do total.

Quadro 3.5. Entradas de Mercadorias por Grupos de Produtos e sua Distribuição por uma Selecção de Mercados

Grupos de Produtos	10 ⁶ Euros (Cif)		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos [2]			
	Jan-Dez		Anual		Jan-Dez		média anual 01-06**	Jan-Dez		
	2006	2007	2001	2006**	2006	2007		VH	contributos	
							p.p.		%	
TOTAL DAS ENTRADAS	53 100	56 758	100.0	100.0	100.0	100.0	3.1	6.9	6.9	100.0
Grupos de Produtos										
000-Agro-Alimentares	6 374	7 241	12.4	12.0	12.0	12.8	2.3	13.6	1.6	23.7
100-Energéticos	8 103	7 924	9.7	15.6	15.3	14.0	13.3	-2.2	-0.3	-4.9
200-Químicos	7 286	7 744	12.5	13.9	13.7	13.6	5.2	6.3	0.9	12.5
300-Peles, Mad, Cortiça e Papel	2 430	2 708	5.7	4.4	4.6	4.8	-2.0	11.5	0.5	7.6
400-Têxteis, Vestuário e Calçado	3 573	3 859	8.5	6.6	6.7	6.8	-2.1	8.0	0.5	7.8
500-Minérios e Metais	5 501	5 955	8.6	10.4	10.4	10.5	6.9	8.3	0.9	12.4
600-Máquinas [3]	10 544	11 219	21.9	19.9	19.9	19.8	1.1	6.4	1.3	18.4
700-Material de Transporte [4]	6 215	6 800	14.8	11.7	11.7	12.0	-1.8	9.4	1.1	16.0
800-Prod. Acabados Diversos	3 075	3 308	5.7	5.6	5.8	5.8	2.7	7.6	0.4	6.4
Total sem energéticos	44 997	48 834	90.3	84.4	84.7	86.0	1.7	8.5	7.2	104.9
Mercados de origem										
Intra UE-27	40 155	42 809	76.7	74.8	75.6	75.4	2.6	6.6	5.0	72.6
Espanha	16 173	17 590	27.4	30.0	30.5	31.0	5.0	8.8	2.7	38.7
Alemanha	7 309	7 467	13.8	13.6	13.8	13.2	2.8	2.2	0.3	4.3
França	4 464	4 929	10.2	8.4	8.4	8.7	-0.9	10.4	0.9	12.7
Itália	3 066	3 141	6.8	5.8	5.8	5.5	-0.4	2.5	0.1	2.1
P.Baixos	2 401	2 662	4.8	4.6	4.5	4.7	2.0	10.8	0.5	7.1
R.Unido	2 267	2 012	5.0	4.1	4.3	3.5	-1.0	-11.2	-0.5	-7.0
Bélgica	1 463	1 638	3.0	2.7	2.8	2.9	1.1	12.0	0.3	4.8
Extra UE-27	12 945	13 949	23.3	25.2	24.4	24.6	4.8	7.8	1.9	27.4
Brasil	1 233	1 375	1.3	2.4	2.3	2.4	17.2	11.5	0.3	3.9
China	773	1 062	0.8	1.5	1.5	1.9	17.1	37.3	0.5	7.9
Nigéria	770	1 003	1.8	1.5	1.5	1.8	-1.0	30.2	0.4	6.4
EUA	781	947	3.6	1.5	1.5	1.7	-13.4	21.3	0.3	4.5
Noruega	690	642	1.9	1.3	1.3	1.1	-3.6	-7.0	-0.1	-1.3
Argélia	897	577	0.3	1.7	1.7	1.0	44.1	-35.6	-0.6	-8.7
Japão	550	572	1.8	1.1	1.0	1.0	-7.5	3.9	0.0	0.6
Rússia	650	559	1.0	1.3	1.2	1.0	8.3	-14.0	-0.2	-2.5
OPEP[3]	3 618	3 860	4.3	6.9	6.8	6.8	13.3	6.7	0.5	6.6
EFTA	1 080	1 087	3.1	2.1	2.0	1.9	-4.5	0.7	0.0	0.2
PALOP	90	403	0.4	0.2	0.2	0.7	-13.0	345.7	0.6	8.5

* Somatório das "Chegadas" de mercadorias da UE com as "Importações" provenientes de Países Terceiros.

** O ano 2006 não inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação e das não-respostas para ser comparável com 2001.

[2] Contributos p/ taxa de crescimento das entradas - análise shift-share: (VH) x (peso no período homólogo anterior) + 100.

[3] Não inclui tractores agrícolas.

[4] Inclui tractores agrícolas.

[5] Inclui Angola.

Comércio Internacional Português por grau de Intensidade Tecnológica

De acordo com *dados de base declarados* do INE, não englobando portanto estimativas abaixo do limiar de assimilação nem das não-respostas no comércio intracomunitário, no período de *Janeiro a Novembro de 2007* manteve-se praticamente, em termos homólogos, o peso dos produtos de *Baixa Intensidade Tecnológica* (BT) (35,5%).

O peso destes produtos, no conjunto das saídas de produtos industriais transformados, situava-se em 44,6% do total em 2001 (Figura 3.4).

Na Figura 3.5 encontram-se representadas as entradas de produtos industriais transformados por grau de intensidade tecnológica, para o mesmo período.

Figura 3.4. Saídas de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica

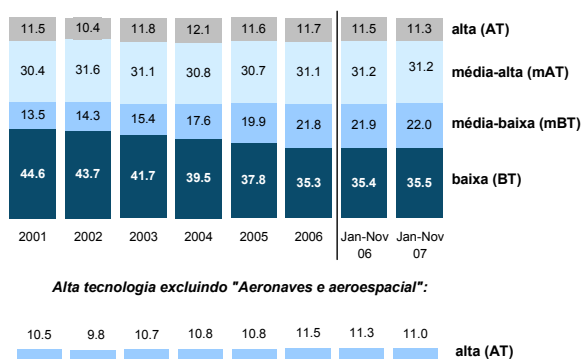
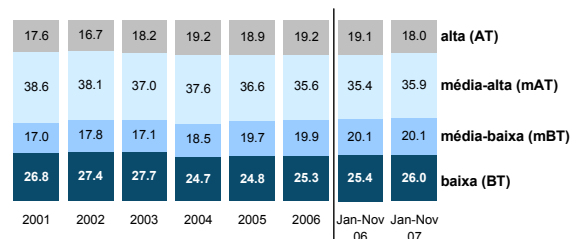


Figura 3.5. Entradas de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica



Nota: Não inclui estimativa abaixo do limiar de assimilação nem estimativa das não-respostas, no comércio intracomunitário.
Fonte: GEE, a partir de dados de base declarados do INE (2001 a 2006 - últimas versões; 2007 - versão preliminar).

Nota 1 - Não inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação nem estimativas das não-respostas no comércio intracomunitário.

Nota 2: Os dados dos produtos de AT em 2004 e 2005 não são comparáveis porque a partir de 1 de Janeiro de 2005 as reparações e manutenção de aeronaves provenientes dos países comunitários passaram a ser contabilizadas na Balança de Serviços. O mesmo sucede em 2005 e 2006, tendo idêntico tratamento sido aplicado às aeronaves provenientes dos países terceiros a partir de 1 de Janeiro de 2006.

Fonte: GEE a partir de dados de base declarados do INE (2001 a 2006 - últimas versões; 2007 - versão preliminar).

Quadro 3.6. Saídas e Entradas* de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica

Intra + Extra-UE

Valores em 1000 Euros

Intensidade Tecnológica	2006	Janeiro a Novembro		Taxas de variação em valor			% do total dos prod. indust. transf.		Contributos ^[1] (p.p.)			
		2006	2007	média 2007	2006	Jan-Nov 2007	2005	2006	Jan-Nov			
									2006	2007	2006	Jan-Nov 2007
SAÍDAS*												
Total dos prod. indust. transformados	32 008 983	29 737 386	32 303 306	4.2	12.5	8.6	100.0	100.0	100.0	100.0	12.5	8.6
Alta tecnologia	3 750 932	3 432 114	3 639 230	4.7	13.8	6.0	11.6	11.7	11.5	11.3	1.6	0.7
- Sem Aeronáutica e aeroespacial [2]	3 674 540	3 359 396	3 545 170	3.0	21.0	5.5	10.8	11.5	11.3	11.0	2.3	0.6
Média-alta tecnologia	9 969 318	9 264 471	10 091 402	4.7	14.1	8.9	30.7	31.1	31.2	31.2	4.3	2.8
Média-baixa tecnologia	6 985 948	6 512 476	7 115 356	14.7	23.4	9.3	19.9	21.8	21.9	22.0	4.6	2.0
Baixa tecnologia	11 302 785	10 528 325	11 457 319	-0.5	5.0	8.8	37.8	35.3	35.4	35.5	1.9	3.1
<i>Por memória:</i>												
Total das Saídas	33 638 961	31 201 996	33 889 800	4.6	13.3	8.6	100.0	100.0	100.0	100.0	13.3	8.6
Residual	1 629 978	1 464 610	1 586 494	12.8	32.4	8.3	4.1	4.8	4.7	4.7	1.3	0.4
ENTRADAS*												
Total dos prod. indust. transformados	42 287 313	39 124 251	42 055 516	2.1	7.0	7.5	100.0	100.0	100.0	100.0	7.0	7.5
Alta tecnologia	8 130 338	7 480 517	7 582 085	3.8	8.7	1.4	18.9	19.2	19.1	18.0	1.6	0.3
- Sem Aeronáutica e aeroespacial [2]	7 716 938	7 081 651	7 015 547	4.8	11.4	-0.9	17.8	0.0	18.3	16.9	2.0	-0.2
Média-alta tecnologia	15 034 104	13 833 375	15 095 785	0.4	4.0	9.1	36.6	35.6	35.4	35.9	1.5	3.2
Média-baixa tecnologia	8 411 108	7 874 021	8 449 621	5.3	8.0	7.3	19.7	19.9	20.1	20.1	1.6	1.5
Baixa tecnologia	10 711 764	9 936 339	10 928 025	1.0	9.2	10.0	24.8	25.3	25.4	26.0	2.3	2.5
<i>Por memória:</i>												
Total das Entradas	51 329 319	47 503 701	50 541 260	3.1	7.7	6.4	100.0	100.0	100.0	100.0	7.7	6.4
Residual	9 042 006	8 379 450	8 485 744	8.9	11.1	1.3	17.1	17.6	17.6	16.8	1.9	0.2

* Saídas de mercadorias correspondentem ao somatório das Expedições, no comércio Intracomunitário, com as Exportações para Países Terceiros. Entradas correspondentem ao somatório das Chegadas, no comércio Intracomunitário, com as Importações, originárias de Países Terceiros.

[1] Contributos para a taxa de crescimento das saídas de produtos industriais transformados, em pontos percentuais - análise shift share: (VH) x (peso no período homólogo anterior) + 100.

[2] Os dados referentes aos produtos de AT em 2004 e 2005 não são exactamente comparáveis uma vez que a partir de 1 de Janeiro de 2005 as reparações e manutenção de aeronaves provenientes dos países comunitários passaram a ser contabilizadas na balança de Serviços. O mesmo sucede aos dados de 2005 e 2006, por idêntico tratamento ter sido aplicado agora às aeronaves provenientes dos países terceiros, a partir de 1 de Janeiro de 2006.

Nota: Não inclui estimativa abaixo do limiar de assimilação nem estimativa das não-respostas, no comércio intracomunitário.

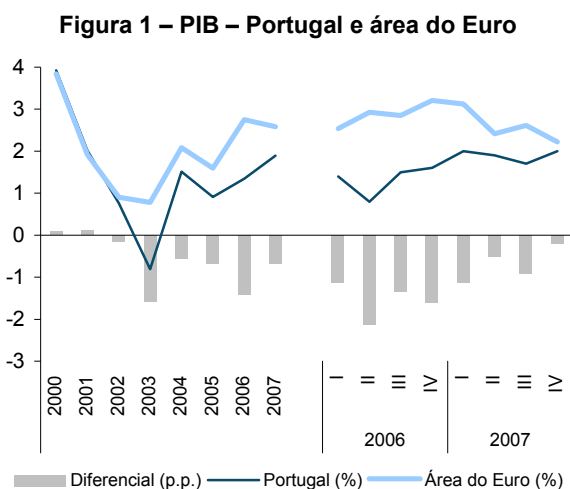
Fonte: GEE a partir de dados de base do INE declarados para Intra-UE (2001 a 2006 - últimas versões; 2007 - versão preliminar).

Destques

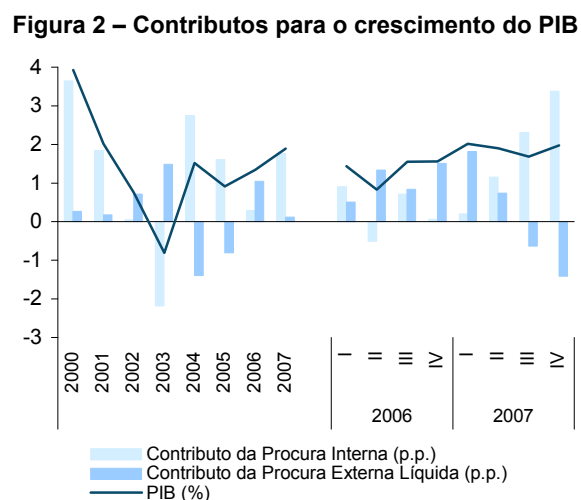
Evolução da Economia Portuguesa em 2007

De acordo com as Contas Nacionais Trimestrais do INE, o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu em 2007, em termos reais, 1,9% (1,3% em 2006), o valor mais alto desde 2001 (Quadro 1).

Apesar da melhoria verificada, o crescimento económico português continuou abaixo do crescimento da área do euro (Figura 1), tendo contudo estreitado esse diferencial nos últimos trimestres.



Fontes: INE e Eurostat.



Fonte: INE.

A evolução intra-anual da variação do PIB resultou de um comportamento diferenciado das suas componentes (Figura 2). Assim, na primeira metade do ano, o contributo da procura externa líquida foi muito positivo tendo-se deteriorado na segunda metade do ano. Por outro lado, a procura interna que tinha registado um contributo marginal no 1º semestre acelerou fortemente no 2º semestre, compensando a quebra registada na procura externa líquida.

Todas as componentes da procura interna aceleraram em 2007 (Quadro 1), com destaque para a forte recuperação do investimento, que passou de uma quebra real, em 2006, de 1% para um crescimento de 3,2%, em 2007. Para este comportamento contribuiu a evolução do investimento em máquinas e equipamentos com um crescimento de 6,9% em 2007 (1,4% em 2006). Também o investimento em material de transporte manteve-se robusto e o investimento em construção melhorou, nomeadamente na segunda metade do ano. Esta evolução do investimento sugere uma melhoria significativa do investimento empresarial em 2007.

Quadro 1 – Componentes da Despesa
(taxa de crescimento real, %)

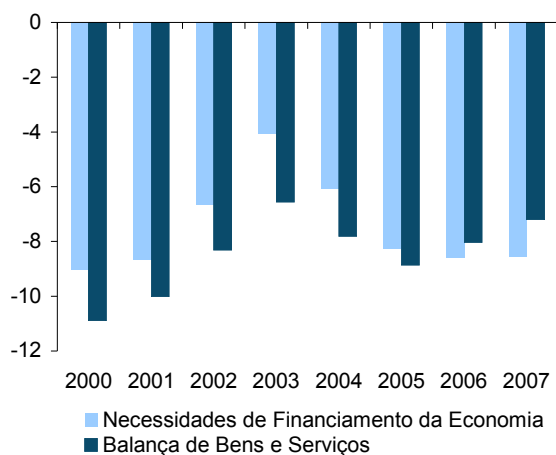
	Consumo Privado	Consumo Público	FBCF	Exportações de Bens e Serviços	Importações de Bens e Serviços	PIB
2000	3,7	3,5	3,5	8,4	5,3	3,9
2001	1,3	3,3	1,0	1,8	0,9	2,0
2002	1,3	2,6	-3,5	1,5	-0,7	0,8
2003	-0,1	0,2	-7,4	3,9	-0,8	-0,8
2004	2,5	2,6	0,2	4,0	6,7	1,5
2005	2,0	3,2	-0,9	2,0	3,5	0,9
2006	1,1	-1,2	-1,0	9,2	4,6	1,3
2007	1,5	0,3	3,2	7,1	5,4	1,9

Fonte: INE.

Em termos anuais, a procura externa líquida passou de um contributo de 1,1 p.p em 2006 para 0,1p.p em 2007, em resultado de uma desaceleração das Exportações de Bens (cujo crescimento real passou de 8,4% em 2006 para 5,6% em 2007) e de uma aceleração das Importações de Bens (de 4,4% em 2006 para 5,3% em 2007). Esta evolução das importações resultou de um maior dinamismo da procura interna, enquanto a desaceleração das exportações reflectiu, em grande parte, uma menor procura externa.

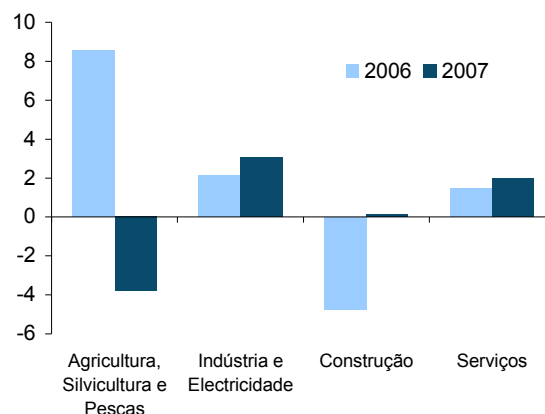
Em termos nominais, a Balança de Bens e Serviços (em % do PIB) registou uma melhoria, passando de -8% em 2006 para -7,2% em 2007 (Figura 3), em grande parte resultado da melhoria verificada nos termos de troca. Contudo, as necessidades de financiamento da economia (Figura 3) permaneceram em -8,6% do PIB, reflectindo a diminuição do saldo dos rendimentos primários.

Figura 3 – Financiamento da Economia
(em % do PIB)



Fonte: INE.

Figura 4 – VAB por Sectores
(taxa de crescimento real, %)



Fonte: INE

Em termos sectoriais (Figura 4), destaca-se o crescimento marginal do VAB da Construção, que não apresentava um valor positivo desde 2001. Para esta aceleração da actividade, também contribuiu a melhoria verificada nos ramos da indústria, do comércio, restaurante e hotéis, dos transportes e comunicações e dos outros serviços. Em sentido contrário, verificou-se uma quebra no ramo da agricultura, silvicultura e pescas, e uma desaceleração dos ramos da electricidade e da actividade financeira e imobiliária.

Comércio Internacional de Portugal com o Japão

A balança comercial de Portugal com o Japão tem registado défices anuais, ainda que sucessivamente decrescentes desde o início do milénio, na sequência de uma redução sustentada das importações.

As exportações, que também decresceram entre 2000 e 2005, aumentaram em 2006, registando uma variação homóloga de 25,1%.

Em 2007 assistiu-se a um acréscimo das importações em relação ao período homólogo do ano anterior (+3,9%), a par de um significativo aumento das exportações, que mais que duplicaram (+171,4%).

Quadro 1 – Balança Comercial de Portugal com o Japão

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Importação (Cif)	1061	814	721	670	651	583	550	572
t.v.h.	-	-23.2	-11.4	-7.1	-2.8	-10.5	-5.6	3.9
% do Extra	10.4	7.9	8.4	7.8	6.4	5.1	4.3	4.1
% do Mundo	2.5	1.8	1.7	1.6	1.4	1.2	1.0	1.0
Exportação (Fob)	119	109	94	94	90	87	109	296
t.v.h.	-	-8.9	-13.3	-0.2	-4.0	-3.7	25.1	171.4
% do Extra	2.5	2.2	1.8	1.8	1.6	1.4	1.4	3.4
% do Mundo	0.5	0.4	0.3	0.3	0.3	0.3	0.3	0.8
Défice (Fob-Cif)	-941	-706	-627	-575	-561	-496	-441	-276
t.v.h.	-	-25.0	-11.2	-8.2	-2.5	-11.6	-11.0	-37.4
Cobertura (Fob/Cif)	11.3	13.4	13.1	14.1	13.9	14.9	19.8	51.7

Nota: De 2004 a 2007, o total do Mundo, no cálculo do peso do Japão, inclui estimativas abaixo dos limiares de assimilação e das não-respostas no comércio intracomunitário.

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE: 2000 a 2006, últimas versões; 2007 - versão preliminar

Este aumento das exportações ficou a dever-se ao comportamento do grupo de produtos “Máquinas”, mais concretamente ao fornecimento de circuitos integrados, que registou um aumento de 193,5 milhões de euros em relação ao período homólogo do ano anterior.

Também as exportações do grupo “Material de Transporte” aumentaram consideravelmente em termos relativos, designadamente no que se refere a partes e peças de veículos automóveis, que averbaram mais 2,5 milhões de euros do que no mesmo período do ano anterior.

Em todos os restantes grupos de produtos se verificaram quebras nas exportações (Quadro 2).

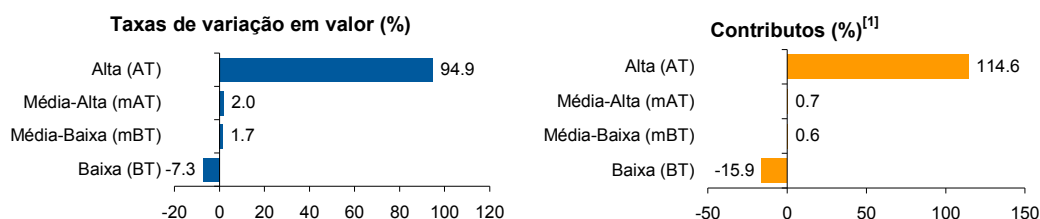
Quadro 2 – Exportações por Grupos de Produtos

Grupos de Produtos	1000 Euros		Tx Var valor	Estrutura	
	2006	2007		2006	2007
MÁQUINAS	38 758	232 502	499.9	35.6	78.6
das quais:					
Circuitos integrados	32 900	226 375	588.1	30.2	76.5
AGRO-ALIMENTARES	21 638	18 691	-13.6	19.8	6.3
dos quais:					
Vinhos	3 268	3 357	2.7	3.0	1.1
Outros Agro-Alimentares	18 275	15 202	-16.8	16.8	5.1
MADEIRA, CORTIÇA E PAPEL	12 660	11 025	-12.9	11.6	3.7
dos quais:					
Cortiça	11 326	8 812	-22.2	10.4	3.0
QUÍMICOS	12 843	10 043	-21.8	11.8	3.4
PROD ACABADOS DIVERSOS	7 267	6 900	-5.1	6.7	2.3
dos quais:					
Cerâmica e Vidro	4 811	4 896	1.8	4.4	1.7
VESTUÁRIO E CALÇADO	6 908	6 333	-8.3	6.3	2.1
dos quais:					
Vestuário de Tecido	3 933	2 928	-25.5	3.6	1.0
Calçado e Acessórios de Vestuário	2 975	3 405	14.5	2.7	1.2
MATERIAL DE TRANSPORTE	1 545	4 391	184.2	1.4	1.5
do qual:					
Partes e Peças de Veíc. Automóveis	999	3 521	252.6	0.9	1.2
PELES, COURO E TÊXTEIS	4 859	3 684	-24.2	4.5	1.2
dos quais:					
Tecidos	2 541	1 614	-36.5	2.3	0.5
Têxteis-Lar	1 507	1 216	-19.3	1.4	0.4
Outras Obras Têxteis	139	262	87.9	0.1	0.1
MINÉRIOS E METAIS	2 542	2 304	-9.4	2.3	0.8
dos quais:					
Obras de Metais	1 009	1 367	35.4	0.9	0.5
Minérios	1 171	815	-30.4	1.1	0.3
TOTAL	109 020	295 873	171.4	100.0	100.0

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE
2006 - Implícito na segunda versão do ano; 2007 - Versão preliminar

A exportação de produtos industriais transformados de Alta Intensidade Tecnológica para o Japão tem vindo a crescer em valor ao longo dos últimos anos, em detrimento das restantes categorias de produtos, com um elevado contributo para o crescimento, como se pode observar nos dados disponíveis para 2006 (Figura 1).

Figura 1 – Taxas de crescimento das exportações para o Japão por grau de intensidade tecnológica e contributos das componentes^[1] para o crescimento em 2006



[1] Contributos para a taxa de crescimento das exportações de produtos industriais transformados com destino a este parceiro comercial em percentagem - análise 'shift share': TVH x peso no período homólogo anterior / 100.

Iniciativas e Medidas Legislativas

INICIATIVAS E MEDIDAS LEGISLATIVAS

1. INICIATIVAS

INICIATIVA	SUMÁRIO
<p>Cimeira Portugal França</p>	<p>O III Encontro de Alto Nível entre Portugal e a França realizou-se no dia 22 de Fevereiro em Lisboa, tendo sido assinada uma Declaração política conjunta envolvendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ questões bilaterais, com enfoque nas relações económicas e investimento, bem como a cooperação em matéria de ciência, tecnologia e ensino superior, incluindo o seguimento do II Encontro de Alto Nível (Paris, 2006) ▪ questões europeias, em particular na perspectiva da Presidência Francesa da União Europeia (2º Semestre 2008); ▪ o tema do Mar e a cooperação bilateral e no quadro europeu neste domínio, nas vertentes (i) transportes marítimos, (ii) segurança e vigilância marítima e (iii) investigação científica. <p>No tocante às relações económicas bilaterais, foram ressaltadas as relações existentes ao nível do investimento, destacando os mais recentes projectos desenvolvidos por empresas francesas em Portugal em diversos sectores, nomeadamente, na indústria química e de componentes aeronáuticos, bem como na área dos serviços de transporte. De referir a assinatura, nesta data, do contrato de novas instalações da empresa de componentes aeronáuticos <i>Lauak</i>.</p> <p>Registe-se que, na sequência da Cimeira de 2006, vêm sendo desenvolvidos entre entidades dos dois Países contactos sobre a criação de pólos de competitividade, com vista ao aprofundamento da cooperação industrial e tecnológica. Neste sentido, foi acordado a realização de um evento sobre pólos de competitividade que congregue representantes institucionais e da sociedade civil dos dois Países, à data do próximo Encontro de Alto Nível.</p>
<p>Inov-Jovem e Inov-Contacto</p>	<p>O Conselho de Ministros emitiu uma Resolução que reforça os Programas Inov-Jovem e Inov-Contacto em virtude do sucesso alcançado por estes programas. Tendo em conta esta experiência positiva criou dois programas novos, o Inov-Art e o Inov Vasco da Gama.</p> <p>Deste modo, prevê-se reforçar os objectivos dos programas existentes, abrangendo anualmente, e ao longo dos próximos 3 anos, 5.000 jovens quadros no âmbito dos estágios profissionais do Inov-Jovem e 550 jovens nos estágios internacionais promovidos no quadro do Inov-Contacto</p> <p>Paralelamente, o novo Inov Vasco da Gama tem como objectivo a qualificação internacional de jovens empresários e quadros de empresas nacionais, permitindo a colocação de 150 jovens por ano em empresas internacionais, através de estágios de duração limitada.</p> <p>E, é criado o Inov-Art, que visa dar oportunidade de inserção profissional a jovens com qualificações ou aptidões específicas nas áreas da arte e da cultura. Este programa permitirá a atribuição de 200 estágios profissionais para jovens, dando resposta a uma área relevante até aqui menos valorizada pelas políticas públicas.</p>
<p>Investimento</p>	<p>Foram aprovadas, em Conselho de Ministros de 6 de Março de 2007, as minutas do Contrato de Investimento e respectivos Anexos, a celebrar pelo Estado Português, representado pela Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E., a Galp Energia, SGPS, SA, e a Petróleos de Portugal, Petrogal, S.A., que tem por objecto a modernização das refinarias desta última sociedade, localizadas em Sines e Matosinhos.</p>

INICIATIVA

SUMÁRIO

A Petrogal pretende não só aumentar a rentabilidade dos investimentos, através da optimização das matérias-primas utilizadas e da gama de produtos refinados, mas também melhorar a integração das duas refinarias, de forma a alcançar um processo integrado e complementar de refinação e melhorar a rentabilidade da operação da refinaria de Matosinhos.

A reconfiguração do aparelho refinador da Petrogal, estruturada de forma a cumprir apertados critérios de ordem ambiental e de segurança, irá ter um impacto significativo no tecido industrial nacional, particularmente no sector da metalomecânica, electricidade e construção civil, esperando-se elevadas taxas de ocupação de mão de obra nacional especializada no período 2008-2011.

O investimento, que ascende a um montante total de cerca de 1.059 milhões de euros, envolve a criação de 150 postos de trabalho, bem como a manutenção dos 2.049 já existentes e permitirá o aumento da capacidade de refinação da empresa, em particular no que respeita à produção de gasóleo, de mais cerca 2.500 mil toneladas ano, conduzindo, deste modo, à redução da despesa energética com o exterior.

Investimento

Foi emitida em Conselho de Ministros de 6 de Março de 2008 uma Resolução que aprova as minutas do contrato de investimento e respectivos anexos, a celebrar pelo Estado Português, e a Faurecia, Assentos de Automóvel, Limitada, que tem por objecto a modernização da unidade fabril desta última sociedade, em São João da Madeira

A Faurecia, empresa do Grupo Bertrand Faure, dedica-se à produção e comercialização de componentes de automóveis, sendo actualmente uma das maiores empresas portuguesas a actuar neste sector de actividade.

O investimento em causa, que ascende a 9,6 milhões de euros, vem contribuir para a manutenção dos actuais postos de trabalho e permitir o alcance, em 2013, ano do termo da vigência do contrato, de um volume de vendas de cerca de 1.840 milhões de euros e de um valor acrescentado de aproximadamente 312,3 milhões de euros, em valores acumulados desde o ano de 2005.

O Grupo Bertrand Faure é o terceiro maior produtor europeu de equipamentos do interior do veículo e um dos principais a nível mundial.

Investimento

Foi emitida a Resolução do Conselho de Ministros de 7 de Fevereiro de 2008 que aprova as minutas do Contrato de Investimento e respectivos Anexos, a celebrar pelo Estado Português, e a Suberus, SGPS, S.A., e a Cillo, SGPS, S.A., e a Manufacturas Mecânicas Flexus, S.A., e a Eurogalva, Galvanização e Metalomecânica, S.A., que tem por objecto a construção de uma nova unidade de galvanização por imersão a quente desta última sociedade, localizada em Santa Maria da Feira

A Eurogalva, Galvanização e Metalomecânica, S.A., é uma empresa de dimensão ibérica que tem por objecto principal a prestação de serviços de galvanização por imersão a quente de peças de grande porte. Este é um processo de revestimento e protecção anticorrosiva de estruturas de ferro e de aço que apresenta inúmeras vantagens em relação a outros sistemas de protecção.

O projecto implica, também, o investimento em infra-estruturas e equipamentos, garantindo elevados níveis de qualidade, bem como a protecção do meio ambiente com vista a satisfazer o mercado e os seus clientes.

O montante de investimento envolvido é de cerca de 6,8 milhões de euros, e permitirá criar 38 novos postos de trabalho.

INICIATIVA

SUMÁRIO

Sistema Logístico Nacional	<p>Na prossecução do plano Portugal Logístico, apresentado pelo Governo em Maio de 2006, foi recentemente lançada a Plataforma Logística de Lisboa Norte que constitui uma segunda linha para o tratamento das mercadorias com origem e/ou destino no porto de Lisboa e base de distribuição para os operadores logísticos portuários.</p> <p>Esta plataforma logística é uma das 12 plataformas previstas no plano Portugal Logístico. Este Plano é uma medida estruturante para o desenvolvimento do Sistema Logístico Nacional contribuindo para a expansão de bens e serviços de valor acrescentado e para a atracção de investimentos reprodutíveis orientados para a internacionalização das actividades económicas nacionais.</p> <p>A Plataforma Logística de Lisboa Norte, localizada em Castenheira do Ribatejo, representa um investimento de 265 milhões de euros e prevê a criação de 5.000 empregos directos e 12.500 indirectos até 2018.</p>
----------------------------	--

2. SELECÇÃO DE MEDIDAS LEGISLATIVAS

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<p><i>Processos de Execução Fiscal - Utilização de Meios Electrónicos</i></p> <p>Portaria n.º 203/2008 - II Série Parte C n.º 37, de 21/02</p>	<p>Possibilita o envio por via electrónica de propostas em carta fechada para aquisição de bens em venda coerciva, no âmbito de processos de execução fiscal. Esta utilização das novas tecnologias de informação tem por objectivo facilitar a interacção entre cidadãos, empresas e administração fiscal, simplificar procedimentos e otimizar os actos de alienação. Define os termos de acordo com os quais este mecanismo deve efectivar-se, designadamente o registo dos interessados no endereço www.e-financas.gov.pt. Dá-se, desta forma, cumprimento ao artigo 251.º do Código de Procedimento e Processo Tributário.</p>
<p><i>Electricidade - Unidades de Microprodução</i></p> <p>Portaria n.º 201/2008 - I Série n.º 38, de 22/02</p>	<p>Fixa as taxas a cobrar no âmbito do regime jurídico aplicável à produção de electricidade por intermédio de unidades de microprodução. Assim, é de 250 € a taxa de registo da instalação de microprodução e de 150 € a taxa de reinspecção. A estes valores acresce IVA à taxa de 12%.</p>
<p><i>Regime Público de Capitalização / Complemento de Reforma</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 26/2008 - I Série n.º 38, de 22/02</p>	<p>Estabelece, no âmbito da reforma do sistema público de segurança social, a regulamentação aplicável ao regime público de capitalização, destinado à atribuição de um complemento de pensão ou de aposentação por velhice ou por invalidez absoluta. As contribuições de cada aderente, fixadas em 2% ou 4% (caso o aderente tenha 50 ou mais anos pode optar por uma taxa de 6%) são depositadas na sua conta e integram um fundo autónomo, que será gerido, em regime de capitalização, pelo Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, I.P. O presente diploma produz efeitos a 1 de Janeiro de 2008.</p>
<p><i>Prazos de Pagamento do Estado</i></p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008 - I Série n.º 38, de 22/08</p>	<p>Aprova o Programa Pagar a Tempo e Horas através do qual se pretende reduzir de forma gradual os prazos de pagamentos do Estado aos seus fornecedores de bens e serviços. Este Programa enquadra os princípios básicos do modelo de gestão por objectivos, designadamente, a monitorização e da evolução dos prazos de pagamento, o estabelecimento de objectivos de prazos de pagamento por parte dos dirigentes públicos, e a criação de incentivos associados ao grau de cumprimento dos objectivos. Este Programa integra também medidas com vista à simplificação dos procedimentos administrativos de controlo da gestão orçamental, o que contribuirá para a agilização dos actos de pagamento a fornecedores. A obrigatoriedade da publicitação anual de uma lista de credores da Administração Central do Estado e, no caso dos municípios, os mecanismos de saneamento e reequilíbrio financeiros municipais previstos na Lei das Finanças Locais, são medidas complementares ao programa agora aprovado.</p>
<p><i>Combate ao Planeamento Fiscal Abusivo</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 29/2008 - I Série n.º 39, de 25/02</p>	<p>Estabelece, no uso de autorização legislativa prevista na Lei do Orçamento do Estado para 2007, deveres de comunicação, informação e esclarecimento à administração tributária para prevenir e combater o planeamento fiscal abusivo. Este Diploma visa reforçar o combate à fraude e à evasão fiscais, mediante a adopção de medidas preventivas que possibilitem uma actuação mais eficaz e célere da administração tributária. O presente diploma entra em vigor a 15 de Maio de 2008.</p>
<p><i>Instalações de Armazenamento de Combustíveis</i></p>	<p>Simplifica, no âmbito do programa Simplex, a verificação da adequação das habilitações para as tarefas profissionais dos técnicos responsáveis pelo</p>

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
Decreto-Lei n.º 31/2008 - I Série n.º 39, de 25/02	projecto e exploração das instalações de armazenamento de produtos do petróleo e postos de abastecimento de combustíveis, que passa a ser efectuada pelas Associações Profissionais em vez da exigência da inscrição na Direcção-Geral de Energia e Geologia (DGEG). Com este diploma é alterado o Decreto-Lei n.º 267/2002, de 26 de Novembro, que estabelece os procedimentos e define as competências para efeitos de licenciamento e fiscalização de instalações de armazenamento de produtos do petróleo e postos de abastecimento de combustíveis.
<i>Custas Processuais e Outras Alterações Legislativas</i> Decreto-Lei n.º 347/2008 - I Série n.º 40, de 26/02	Aprova a Reforma das Custas Judiciais, procedendo à aprovação de um Regulamento das Custas Processuais e à alteração dos Códigos de Processo Civil, Processo Penal e Procedimento e Processo Tributário e à revogação do Código das Custas Judiciais. Reúne num só diploma todas as normas procedimentais relativas à responsabilidade por custas processuais, integrando as custas cobradas em processos judiciais, administrativos e fiscais. O presente diploma entra em vigor no dia 1 de Setembro de 2008.
<i>Instalação e Exploração de Empreendimentos Turísticos</i> Decreto-Lei n.º 39/2008 - I Série n.º 48, de 07/03	Aprova, no âmbito do programa Simplex, o regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos. Na sequência das alterações ao regime da urbanização e da edificação, o presente diploma consagra uma maior agilização no licenciamento dos empreendimentos turísticos, através da simplificação de procedimentos e diminuição de interlocutores, bem como de uma maior responsabilização dos promotores. No que se refere à classificação dos empreendimentos turísticos, procede-se a uma diminuição significativa das tipologias e sub-tipologias existentes e introduz-se um sistema de classificação uniforme, assente na atribuição de uma a cinco estrelas. Esta classificação deixa de atender sobretudo aos requisitos físicos das instalações, para passar a reflectir também a qualidade dos serviços prestados. Cria-se o Registo Nacional dos Empreendimentos Turísticos, organizado pelo Turismo de Portugal, que deve conter uma relação actualizada de todos os empreendimentos turísticos. Este registo será disponibilizado ao público. É revogado um grande número de diplomas dos quais salientamos o Decreto-Lei n.º 167/97, de 4 de Julho. Este novo regime entra em vigor a 7 de Maio de 2008.
<i>Comércio a Retalho / Feirantes</i> Decreto-Lei n.º 42/2008 - I Série n.º 49, de 10/03 Decreto-Lei n.º 42/2008 - I Série n.º 49, de 10/03	Aprova o regime jurídico a que fica sujeita a actividade de comércio a retalho exercida por feirantes, bem como o regime aplicável às feiras e aos recintos onde as mesmas se realizam. Uma das principais inovações refere-se à substituição da obrigação de obtenção de um cartão de feirante válido apenas para cada município onde o agente económico pretenda exercer a sua actividade, pela emissão de um cartão válido em todo o território de Portugal Continental por um período de três anos. Estabelecem-se requisitos mínimos para os recintos de forma a garantir as necessárias condições de segurança, saúde e higiene e prevê-se a possibilidade de concessão da gestão dos recintos públicos a entidades privadas. Cabe às câmaras municipais a competência para autorizar a realização de feiras e aprovar os regulamentos bem como os recintos, públicos ou privados, onde as mesmas se realizam. É revogado o Decreto-Lei n.º 252/86, de 25 de Agosto. O presente diploma entra em vigor a 9 de Maio de 2008.
<i>Orçamento do Estado para 2008</i> Decreto-Lei n.º 41/2008 - I Série n.º 49, de 10/03	Estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2008, designadamente no que se refere ao orçamento dos serviços integrados, aos orçamentos dos serviços e fundos autónomos e ao orçamento da segurança social. O presente diploma entra em vigor a 11 de Março de 2008, e produz efeitos desde 1 de Janeiro de 2008.
<i>Bolsa de Emprego Público</i> Decreto-Lei n.º 40/2008 - I Série n.º 49, de 10/03	Altera o Decreto-Lei n.º 78/2003, de 23 de Abril, que criou a bolsa de emprego público, transferindo as responsabilidades da gestão da bolsa de emprego público (BEP) da Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público para a Empresa de Gestão Partilhada de Recursos, E.P.E. (GeRAP). Pretende-se com esta alteração elevar a eficácia na gestão e mobilidade dos trabalhadores, flexibilizando os instrumentos de mobilidade entre serviços e adoptando novas medidas que promovam a formação, requalificação profissional ou reinício de actividade profissional dos funcionários públicos.
<i>IRC - Novos Modelos</i> Declaração n.º 94/2008 - II Série - Parte C n.º 51, de 12/03	Publica os novos modelos de IRC: declaração periódica de rendimentos modelo 22, anexos A, b e C e instruções. Estes novos modelos estão em vigor desde 1 de Janeiro de 2008.
<i>Resíduos de Construção e Demolição</i> Decreto-Lei n.º 46/2008 - I Série n.º 51, de 12/03	Aprova o regime da gestão de resíduos de construção e demolição (RCD). Este novo regime pretende garantir a aplicação das políticas de redução, reutilização e reciclagem de resíduos, inclusive na fase de projecto, através da prevenção da produção de RCD e da sua perigosidade, aliando a utilização das melhores tecnologias disponíveis à utilização de materiais com melhor potencial de reutilização e reciclagem. Estabelece-se uma cadeia de responsabilidade que vincula os donos da obra, os empreiteiros e as câmaras municipais. Paralelamente, criam-se mecanismos inovadores ao nível do planeamento, da gestão e do registo de dados de RCD, que permitem, em

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<i>Registo Comercial</i> Portaria n.º 234/2008 - I Série n.º 51, de 12/03	articulação com os regimes jurídicos das obras públicas e das obras particulares, condicionar os actos administrativos associados ao início e conclusão das obras à prova de uma adequada gestão de RCD. Dispensa-se de licenciamento as operações de gestão de resíduos realizadas na própria obra e a utilização de solos e rochas em certas condições. Este novo regime entra em vigor a 10 de Junho de 2008.
<i>Serviço de Centralização de Riscos do Crédito</i> Lei n.º 15/2008 - I Série n.º 55, de 18/03	Altera o Regulamento do Registo Comercial, permitindo a condensação da informação mais relevante das entidades sujeitas a registo comercial na respectiva matrícula. Assim, a matrícula vai passar a conter toda a informação que mais frequentemente cidadãos e empresas têm necessidade de consultar, como é o caso da identificação dos representantes da entidade e a duração dos seus mandatos ou a forma pela qual a organização se vincula. A presente portaria produz efeitos desde 10 de Março de 2008.
<i>QREN - Apoio à Gestão das PME</i> Resolução da Assembleia da República n.º 8/2008 - I Série n.º 56, de 19/03	Autoriza o Governo a rever o enquadramento legal do Serviço de Centralização de Riscos do Crédito, no sentido de consagrar a possibilidade de o Banco de Portugal obter da Direcção-Geral dos Impostos, os nomes associados aos números de identificação fiscal dos beneficiários de crédito, bem como, para determinar que a derrogação do dever de sigilo a que estas entidades se encontram sujeitas no âmbito dos procedimentos inerentes ao Serviço de Centralização de Riscos de Crédito, não prejudica a sua observância no que se refere a outras matérias. O Governo tem 180 dias para utilizar a presente autorização legislativa e rever o regime constante do Decreto-Lei n.º 29/96, de 11 de Abril, actualizando-o e consagrando os objectivos agora enunciados.
Recomenda ao Governo a criação de um sistema de apoio à dinamização de parcerias e de apoio às PME para efeitos de acesso aos fundos comunitários disponibilizados no âmbito do QREN.	

Abreviaturas Utilizadas

